

UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA – Comissão Própria de Avaliação

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
DEZEMBRO 2008 A MARÇO DE 2010

Organizadoras
Helena Copetti Callai
Magna Stella Cargnelutti Dalla Rosa

IJUÍ, RS, MARÇO DE 2010.

DADOS DA INSTITUIÇÃO

UNIJIÚ – UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÓDIGO: 0532

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA

LOCALIZADA NA CIDADE DE IJUÍ, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNIJIÚ – CPA

Nomeada pela Portaria da Reitoria nº 14/2009

Primeiro Ciclo Avaliativo

Representantes do Corpo Docente

Helena Copetti Callai – Coordenadora

Ângela Patrícia Grajales Spilimbergo

Claudia Maria Seger Cunegatti

Ligia Beatriz Bento Franz

Maurício de Campos

Otavio Aloisio Maldaner

Pedro Carlos Rasia

Representantes do Corpo Discente

Anne Elize Martins Fucilini

Jorge Emilio Pydd

Josei Fernandes Pereira

Luana Soldera

Representantes do Corpo Técnico-administrativo

Magna Stella Cargnelutti Dalla Rosa – Coordenadora Adjunta

Eleda Passinato Sausen

Naira Silvana Colato Eder

Representantes da Sociedade Civil

Noemi Huth

Dolores Rutzen

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNIJUÍ– CPA
Nomeada pela Portaria da Presidência do Consu nº 01/2010
Segundo Ciclo Avaliativo

Representantes do Corpo Docente

Ângela Patrícia Spilimbergo

Maurício de Campos

Representantes do Corpo Discente

Luciléia Belter

Talita Mazzola

Representantes do Corpo Técnico-Administrativo e de Apoio

Magna Stella Cargnelutti Dalla Rosa – Coordenadora

Dionei Fábio Buske

Stefani Daiana Kreutz

Representantes da Sociedade Civil

Eleandro José Lizot

Noemi Huth

Revisão: Véra Lucia Fischer

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
I PARTE	
RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DEZEMBRO 2008 A AGOSTO 2009	7
1 AUTOAVALIAÇÃO NA UNIJUÍ . – O EXERCÍCIO DE OLHAR-SE COMO INSTITUIÇÃO.....	7
2 CPA – TRAJETÓRIA DAS AÇÕES	8
a) Introdução.....	8
b) Divulgação da autoavaliação 2006 a 2008.....	10
c) Memória.....	11
d) Pesquisa de Imagem da CPA	13
e) Avaliação Externa.....	15
f) Encontros sobre avaliação.....	21
3 PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS GAÚCHAS - PAIUNG	21
4 DEPOIMENTOS CPA	23
5 SUGESTÕES PARA AVALIAÇÕES FUTURAS.....	27
6 RESULTADO DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	28
7 META-AVALIAÇÃO DA CPA	29
8 COMO PODE SER VISTO HOJE O PROCESSO AVALIATIVO DO SINAES.....	31
II PARTE	
AÇÕES SEGUNDO CICLO AVALIATIVO DO SINAES (dezembro de 2009 e janeiro a março de 2010)	35
Dimensões do Sinaes	35
A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	35
A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão	36
Comunicação com a sociedade	43
Planejamento e Avaliação, especialmente em relação aos processos,	

resultados e eficácia da autoavaliação institucional.....	43
As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo.	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	50
III PARTE	
ANEXOS.....	52

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Autoavaliação Institucional de dezembro de 2008 a março de 2010 tem o objetivo de tornar público as atividades desenvolvidas pela CPA neste período, especialmente com o fechamento do ciclo avaliativo iniciado em 2004 e concluído em novembro de 2009, com base na Lei do Sinaes.

Este documento está organizado em três partes. A primeira contextualiza a autoavaliação na Unijuí, apresenta as ações da comissão (até novembro 2009), a meta-avaliação do processo de avaliação interna e externa, bem como as perspectivas para o processo avaliativo da universidade. A segunda, apresenta as ações do segundo Ciclo Avaliativo do Sinaes (dezembro de 2009 e janeiro a março de 2010), assumido pela nova comissão nomeada pela Portaria da Presidência do Consu nº 01/2010, de 24 de janeiro de 2010. Esta parte busca contemplar as diferentes dimensões propostas pelo Sinaes com destaque às dimensões que desenvolveram ações avaliativas inovadoras, ou diferentes das que constam nos relatórios anteriores, uma vez que há uma cultura institucional de avaliação em todas as áreas e setores da universidade. A avaliação é tomada como um referencial tanto no âmbito pedagógico, quanto administrativo e operacional. A terceira parte, denominada anexos, incorpora documentos legais, estatísticas, memórias de eventos e reuniões, etc.

Cabe ressaltar que a produção deste documento, além de possibilitar um olhar global sobre os procedimentos avaliativos da Unijuí, cumpre a exigência da Lei do Sinaes, estabelecida em Nota Técnica do MEC e artigo 6º da Portaria do MEC nº 821, de 24 de agosto de 2009, conforme anexo I.

As dimensões estabelecidas pelo Sinaes estão contempladas a partir do que foi recebido pela CPA de parte das diferentes unidades institucionais, bem como dos contatos feitos pela Comissão junto às unidades universitárias.

I PARTE

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DEZEMBRO 2008 A AGOSTO 2009

1 AUTOAVALIAÇÃO NA UNIJUÍ – O EXERCÍCIO DE OLHAR-SE COMO INSTITUIÇÃO

Em maio de 2009 encerrou-se o primeiro ciclo avaliativo da Unijuí, no contexto do Sinaes, com a vinda da Comissão de Especialistas do MEC para o processo de Avaliação Externa e a efetivação de todas as etapas, consideradas as ações singulares de cada uma delas.

No contexto avaliativo da Lei 10861 que estabelece o Sinaes, a Unijuí desenvolveu os processos de avaliação das Instituições de Educação Superior – AVALIES (que engloba a avaliação interna e externa), Avaliação dos Cursos de Graduação - ACG, recentemente o Conceito Preliminar de Curso – CPC e a Avaliação do Desempenho dos Estudantes – Enade. Em todos estes processos, dos resultados obtidos até o momento, pode-se dizer que a instituição está tendo um bom desempenho.

Na perspectiva de avaliação global e integrada a Unijuí contou com diferentes momentos avaliativos envolvendo professores, estudantes, técnico-administrativos e de apoio e comunidade externa. Essa é a marca historicamente construída na Fidene/Unijuí e atualmente apresentada como orientação do Sinaes. A culminância do processo de avaliação externa possibilita a universidade receber o conceito de avaliação em cada dimensão avaliada.

A postura da Unijuí diante da avaliação se configura como uma vontade política, desde a origem da Instituição, de fazer o planejamento a partir da avaliação nas dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão como elementos essenciais da gestão. Neste sentido, a partir daí se embasa a atuação da CPA pela concepção de avaliação enquanto processo permanente.

O grupo da CPA desde agosto de 2004 realizou várias atividades com o objetivo de reiterar a importância da autoavaliação pelos diferentes sujeitos da universidade. Articulou suas propostas/ações no sentido de respeito às metodologias de avaliação desenvolvidas no âmbito da comunidade universitária, e orientados pelos documentos do Sinaes.

A articulação e a sistematização desses processos avaliativos são registradas em publicações denominadas de Relatórios de Autoavaliação Institucional (acesso www.unijui.edu.br/cpa, autoavaliação, relatórios). Ao todo foram produzidos três relatórios, o parcial (agosto 2004 a dezembro de 2005), o final (agosto 2004 a julho de 2006) e o complementar (agosto 2006 a novembro 2008) e este que está sendo disponibilizado à comunidade acadêmica (dezembro 2008 a agosto 2009). Para a divulgação e discussão dos processos/resultados foram realizadas reuniões/eventos internos e externos com o objetivo de produzir conhecimento sobre o fazer institucional.

Além desses contatos, destacam-se os canais de comunicação internos (Rádio Unijuí, jornal *on line* da Universidade “Comunica”, endereço eletrônico da CPA www.unijui.edu.br/cpa, link autoavaliação institucional, “relatórios”), além de jornais locais e da região. No contexto acadêmico houve a participação em eventos por meio de comunicações apresentadas oralmente e registradas em anais.

Tendo em vista a experiência acumulada em avaliação por esta instituição e a própria gestão da Unijuí, o *locus* para a avaliação são os departamentos, que mantêm os programas de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão. A interligação desses programas entre docentes, gestores e estudantes é operacionalizada através das coordenações de curso.

2 CPA – TRAJETÓRIA DAS AÇÕES (até novembro 2009)

a) Introdução

A Portaria Ministerial nº 2.051/2004 dispõe em seu Art. 8 que “as atividades de avaliação serão realizadas devendo contemplar a análise global e integrada do conjunto das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da instituição de educação superior”.

Embasada nesses pressupostos, em final de 2008, a CPA concluiu e publicou os resultados da autoavaliação no documento “Relatório de Auto-avaliação Institucional período 2006 a 2009”, na Coleção Cadernos da Gestão Universitária, nº 42, protocolado no sistema e-MEC em 27 de novembro de 2008.

Feito o trabalho de sistematização dos processos de avaliação institucional desenvolvidos pela reitoria, departamentos, cursos, setores, estudantes e comunidade tornava-se fundamental a sua divulgação tanto no âmbito interno, quanto externo. Para isso, a coordenação da CPA, juntamente com o Reitor, discutiu estratégias e encaminhamentos com vistas a tornar público o conteúdo desse documento, que é o resultado da dinâmica institucional em termos de avaliação.

No contato com o Reitor foram discutidas diferentes questões, dentre elas, o papel e as atribuições da CPA no âmbito da avaliação institucional e dos diferentes processos do Sinaes (Avaliação institucional, externa, ACG, CPC, IGC e Enade). Foi manifestada, também, a preocupação do grupo da CPA em se fazer enxergar institucionalmente como comissão responsável pela autoavaliação. Nas reuniões semanais da Comissão ressaltou-se inúmeras vezes a necessidade da comunidade acadêmica estar ciente da importância dos processos avaliativos estabelecidos pelo Sinaes para a continuidade do *status* de universidade.

Diante da preocupação apontada pela CPA, o Reitor se manifestou no sentido de que percebe consenso institucional da importância dos processos avaliativos, uma vez que departamentos, cursos, setores têm incorporados em seus processos de trabalho procedimentos de planejamento e avaliação tanto na dimensão acadêmica, quanto administrativa. Exemplo disso são as constantes revisões dos currículos dos cursos, no que concerne a adequações a legislações, a demandas dos estudantes, do mercado, enfim uma série de fatores que possibilitam a qualificação da formação do estudante. No entanto, talvez não esteja claro o papel da comissão e qual a relação da mesma com os diferentes atores da universidade.

Para discutir essas questões foi planejada, junto ao Reitor, a participação da Comissão em eventos institucionais para discussão de questões acadêmicas da Universidade. Para além deste encaminhamento, o Reitor concedeu espaço à CPA para entregar oficialmente o “Relatório de Auto-Avaliação Institucional período 2006 a 2009” ao Conselho de Gestão da Universidade, bem como apontar as principais questões do referido documento e a necessidade de tematizar alguns aspectos do mesmo. Também, com o objetivo de fazer-se enxergar optou-se por realizar reuniões nos departamentos e setores para discussão dos processos de avaliação do Sinaes.

É importante que se aponte neste documento que existem inúmeras ações em termos de avaliação desenvolvidas nos diferentes espaços da instituição que nem sempre chegam ao conhecimento da CPA e que, por isso, não estão presentes nas discussões da comissão.

O grupo da CPA é representativo dos diversos segmentos, setores, áreas do conhecimento da universidade e comunidade, os quais circulam por diferentes

espaços. Isso possibilita o recebimento de informações de modo informal e como tal consideradas nos debates e projeções da Comissão.

b) Divulgação da autoavaliação 2006 a 2008

Com o objetivo de tornar público os resultados da autoavaliação institucional desse período, bem como discutir os diferentes processos que envolvem o Sinaes, dentre eles, avaliação interna, externa, de cursos e Enade, a Comissão colocou-se à disposição dos departamentos, coordenadores de curso e coordenadorias para fazer um contato direto com cada unidade institucional.

Destaca-se que a maioria dos departamentos promoveu encontros com docentes e técnico-administrativos e de apoio, bem como as coordenadorias, momento em que a CPA pôde, mais uma vez, reiterar a sua responsabilidade de motivar e sistematizar a autoavaliação institucional, bem como da importância das unidades universitárias disponibilizarem à Comissão, as avaliações que realizam, no que concerne a metodologias, análises, resultados e encaminhamentos. Essa dinâmica é fundamental para que a CPA, a partir do que é coletado, possa lançar um olhar global sobre o que é desenvolvido institucionalmente no âmbito da universidade.

É importante destacar que este olhar global feito pela comissão permite identificar a diversidade de metodologias avaliativas, bem como as diferentes concepções de avaliação, que consideram a área do conhecimento, o contexto e o olhar de cada sujeito que integra o departamento/setor. Além disto, possibilita também a identificação das potencialidades, fragilidades, necessidade de encaminhamentos e os temas que merecem ser aprofundados na Universidade, com vistas ao estabelecimento de política institucional. Dentre eles, destacam-se a formação continuada na Universidade e o acompanhamento de egressos, temas estes que estão na agenda da Reitoria para implementação de política institucional.

Para registrar que essa interação acontece, a temática de acompanhamento de egressos, por exemplo, está contemplada no Relatório de Auto-Avaliação Institucional 2004 a 2006, na p. 286 (em sugestão de encaminhamento), a qual foi incorporada no PDI revisado no final de 2008. Para além disso, este tema consta no Relatório de Auto-Avaliação Institucional 2006 a 2008, na p. 24, com a seguinte redação “o acompanhamento de egressos é um dos temas que está sendo discutido pela Reitoria com vistas à implementação de um programa institucional”.

O grupo da CPA avalia como positivo os contatos feitos institucionalmente nos departamentos/setores visto que pôde mais uma vez se mostrar institucionalmente,

reiterar a importância dos processos avaliativos do Sinaes, tanto no que concerne à participação da universidade em todos eles, quanto da apropriação dos resultados para a qualificação dos cursos, dos departamentos e dos setores institucionais.

Esta ação da CPA, em muitos aspectos, esclareceu várias questões aos professores, estudantes e técnico-administrativos sobre o processo de avaliação externa que aconteceu na universidade em maio de 2009. Os debates feitos nas unidades universitárias permitiram que os atores institucionais pudessem compreender o seu papel e importância nos diferentes momentos avaliativos do Sinaes, em especial na avaliação externa, que busca lançar um olhar global sobre a universidade.

c) Memória

A Memória do departamento/curso/setor é um instrumento criado para que a CPA possa tomar conhecimento dos processos avaliativos desenvolvidos nos diferentes segmentos da Universidade. É solicitada aos chefes de departamento, coordenadores de curso e gerentes de coordenadorias administrativas, para descreverem as ações desenvolvidas pelo curso/departamento/setor, destacando as potencialidades e fragilidades, bem como encaminhamentos do processo avaliativo a partir do ano de 2007. Está disponibilizada na Unijuí virtual e pode ser acessada por meio de senha institucional. Esta foi uma forma de sugerir a interlocução entre os vários setores da universidade com a CPA. O registro permite que se desencadeie análise e crítica do fazer de cada um e do conjunto da universidade, num processo continuado de informação e de autoavaliação.

Do material recebido a partir do final do ano de 2008 até o momento destacam-se questões acadêmicas e administrativas, tanto potencialidades, quanto fragilidades e necessidade de encaminhamentos. Destacam-se o desenvolvimento de semanas acadêmicas dos cursos, com o envolvimento dos estudantes na programação; os resultados da avaliação dos componentes curriculares para a qualificação de cursos; a oferta de cursos de extensão em parceria com o poder público municipal e governo federal. No que diz respeito a fragilidades, apontam-se as questões operacionais e de infraestrutura. Como sugestões ressalta-se a necessidade de apoio aos professores que ministram componentes curriculares para portadores de necessidades especiais no que se refere à produção de material didático, bem como para trabalhos em sala de aula.

Enfatiza-se, também, o comprometimento institucional de fortalecer os convênios internacionais com o objetivo de proporcionar o intercâmbio de estudantes a países estrangeiros, desenvolvimento de atividades acadêmicas, produção intelectual,

atuação de grupos de pesquisa interinstitucionais, intercâmbio de professores e publicações internacionais. Esta é uma ação que tem sido estimulada nos últimos anos respondendo às demandas de estudantes e professores, concretizando, assim, ações intrínsecas do fazer universitário.

No caso de estudantes que após cursarem um semestre letivo no estrangeiro há os que permanecem no país de destino iniciando o mestrado e outros que depois de concluírem a graduação na Unijuí, retornam para ingressar nos cursos de pós-graduação nas respectivas universidades européias onde realizaram o estágio na graduação. Todo este conjunto de atividades proporciona um diferencial na formação destes jovens.

Dentre os eventos realizados na Universidade, ressalta-se o realizado no mês de julho que reuniu cerca de 400 pessoas no X Encontro Gaúcho de Educação Matemática, promoção conjunta entre o Departamento de Física, Estatística e Matemática da Unijuí e a Sociedade Brasileira de Educação Matemática/Regional do Rio Grande do Sul. O evento abordou a temática “Educação Matemática: diálogos entre a Universidade e a Escola”. Este evento é um espaço de discussão de trabalhos provindo dos diferentes níveis de ensino, e busca promover a interação entre pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação, professores do Ensino Superior e da Educação Básica que se dedicam à educação matemática no Estado do Rio Grande do Sul e em outros estados.

Considerando as informações recebidas, cabe ressaltar ainda, que um número significativo de egressos da Unijuí tem obtido aprovação em concursos federais, em seleções de Mestrado e Doutorado. Vários estudantes concluintes da graduação ao final do ano de 2008 obtiveram aprovação em diversos processos seletivos para mestrado em universidades brasileiras, e também, nos programas *stricto sensu* da Unijuí.

No caso desses ex-alunos percebe-se o resultado decorrente do incentivo por meio de bolsas de iniciação científica, o que lhes permite a continuidade de sua formação como pesquisador. Das informações recebidas, constatam-se alunos de Direito cursando mestrado em universidades gaúchas; das engenharias em universidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, de estados do nordeste; das licenciaturas, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Muitos destes ex-alunos prestam concurso em vários programas de universidades diferentes e em geral obtêm aprovação em todos.

Outro dado em relação a essa questão diz respeito à publicação em periódicos de circulação nacional de trabalhos de pesquisa realizados ao final do curso de

graduação: trabalhos de conclusão de curso e também de monografias desenvolvidas em determinados componentes curriculares.

d) Pesquisa de Imagem da CPA

No capítulo três do Relatório de Auto-Avaliação Institucional período 2006 a 2008, consta os resultados da Pesquisa de Imagem realizada pela CPA, em 2008, com o objetivo de buscar elementos para verificar em que dimensão a CPA da Unijuí é conhecida na instituição. Nas questões abertas houve questionamentos e críticas para departamentos/cursos/setores, em seus aspectos administrativos e acadêmicos. Tendo em vista as diferentes opiniões por parte da Comissão sobre o encaminhamento destas informações após consulta ao Reitor, as mesmas lhe foram encaminhadas, por ser ele o interlocutor da comissão.

Este assunto foi tratado, também, com a Vice-Reitoria de Graduação, uma vez que a maior parte das questões dizia respeito a questões do currículo, tempo em sala de aula, desempenho de coordenadores de alguns cursos, de professores de componentes curriculares específicos, dentre outras.

Para além destes encaminhamentos, foi produzido artigo que contextualiza e problematiza as diferentes questões criticadas/sugeridas pelos estudantes, conforme segue.

ALUNOS PARTICIPANDO DA GESTÃO DA UNIVERSIDADE

Os alunos carregam em si vivências e experiências que fazem parte da sua formação no curso superior. Eles precisam ser incentivados a participar de uma produção coletiva que promova a criatividade, pois é um sujeito com a capacidade de pensar, de decidir e conseqüentemente de produzir. Neste sentido, a Unijuí procura criar espaços de participação estudantil para que os alunos desenvolvam-se como sujeitos humanos participativos. Isto significa dimensionar o espaço acadêmico com a autoria deles. Esta é uma das funções pedagógicas da universidade. Como diz Arroyo (2001, p. 8):

O reconhecimento da centralidade dos sujeitos educadores e educandos nos processos de construção e apreensão dos saberes, dos valores e da cultura inteira é um dos aspectos mais relevantes do pensar pedagógico das últimas décadas. [...] sujeitos coletivos, agindo coletivamente, movidos pela consciência de direitos. Reaprendendo saberes e culturas, memórias e identidades. Educando-se nos seus movimentos e lutas.

Assim é estabelecida uma relação dialógica de participação de sujeitos humanos, sociais e culturais. Vinculada a uma concepção inovadora de educação como formação humana de desenvolvimento pleno dos alunos. É um trabalho educativo que acontece compartilhado pela participação coletiva e integrada de todos os segmentos envolvidos.

A participação estudantil efetiva-se de fato no momento em que os alunos assumem os objetivos que ajudaram a construir. Essa participação gera responsabilidade e empenho para executar as ações necessárias. Em alguns momentos percebeu-se que os alunos acabam não participando desta elaboração e, portanto, não se sentem como parte deste processo. Acabam por não se envolverem tanto com o coletivo e agem mais individualmente. Esta é uma fragilidade que pode ser superada no espaço acadêmico da Unijuí. Para que isto aconteça, é necessária uma gestão articuladora que crie possibilidades de participação.

É pela participação que o sujeito constitui-se de modo mais autônomo, pois “desenvolve a consciência do que é como pessoa, mobilizando suas energias e sua atenção como parte efetiva de sua unidade social e da sociedade como um todo.” (Lück, 2006, p. 62). Isto gera um espírito de equipe que, por sua vez, promove a criação tão necessária na atualidade. A partir dessa atuação, Lück diz:

Os alunos aprendem a se tornar cidadãos capazes e atuantes e a viver vidas mais satisfatórias e realizadas. Fazem-no mediante o esforço pelo desenvolvimento de fatores, como por exemplo: a) uma cultura organizacional escolar caracterizada pela participação e envolvimento de todos, de forma colaborativa, na superação das naturais dificuldades do processo educacional; b) competência pedagógica orientada para gestão de processos sociais de aprendizagem significativa; c) unidade e direcionamento dos desafios educacionais. (2006, p.7).

Em várias oportunidades de conversa com os coordenadores de curso esta questão do envolvimento dos estudantes nos processos institucionais foi objeto de debate. Cabe destacar que na estrutura da Universidade os estudantes têm espaços de representação nos diferentes colegiados, mas que nem sempre estes espaços são ocupados, principalmente no colegiado de departamento. São muitas as explicações para esse fenômeno, no entanto, a maioria dos colegiados de curso e de departamento se propuseram a pensar formas de maior envolvimento dos estudantes no projeto da Universidade.

A participação dos processos de gestão é uma complexa arte de aprender. É um olhar positivo sobre o aluno, que necessita reorganizar os tempos, as lógicas das

aprendizagens e do convívio, respeitando as especificidades de cada um. É um olhar reeducado.

e) Avaliação Externa

Segundo as Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior, a avaliação externa, coerente com a dimensão interna, é um importante instrumento cognitivo, crítico e organizador das ações da instituição e do Ministério da Educação. Ela exige a organização, a sistematização e o interrelacionamento do conjunto de informações quantitativas e qualitativas, além de juízos de valor sobre a qualidade das práticas e da produção teórica de toda a instituição. Por isso, a proposição é de que a integração da avaliação interna e externa é parte de um importante processo de discussão e reflexão relativo aos grandes temas de política pedagógica, científica e tecnológica, bem como as tomadas de decisão, buscando o fortalecimento ou redirecionamento de ações e de políticas (Conaes/MEC, 2004, p. 21).

Diante desta concepção oriunda do MEC e da dinâmica de atuação o grupo da CPA, no primeiro semestre de 2009, esteve envolvido especialmente com os debates em torno do processo de avaliação externa. Embora sua atribuição diga respeito à avaliação interna, a comissão entendeu importante subsidiar a universidade com o conhecimento produzido até o momento. Isto foi feito por intermédio da discussão dos relatórios e publicações, para que ficasse entendido qual o lugar da avaliação externa no contexto de uma avaliação global, que é o Sinaes.

A CPA colaborou com a instituição na preparação de documentos, na organização, no esclarecimento junto a departamentos e setores sobre a avaliação externa e a responsabilidade e a importância de cada sujeito nesse processo. Esse processo de avaliação externa foi importante na medida em que oportunizou tanto à comissão como a toda à universidade a parar para se olhar, para se enxergar enquanto sujeito e instituição. Isso possibilitou uma revisão da atuação de cada um, tendo em vista que a academia é dinâmica e muitas vezes não se encontra tempo para parar, revisar, repensar e reordenar as ações. A avaliação cumpre assim o seu papel.

Análise e atividades pós-avaliação externa

Na visão do grupo da CPA, a partir dos documentos do Sinaes, a avaliação externa é um processo em que a universidade precisa mostrar aquilo que é e o que tem, ou seja, a coerência entre os documentos (relatório de autoavaliação, PDI, regulamentações) e a realidade institucional. A Comissão avaliou esse momento como uma oportunidade de síntese, ou seja, de articulação entre os processos avaliativos em cada segmento institucional, bem como a oportunidade de rever processos, ações e encaminhamentos, quer seja da universidade, quanto da avaliação e do envolvimento dos diferentes sujeitos (docentes, técnicos, alunos e comunidade externa).

Nesta perspectiva o bom desempenho institucional no contexto da avaliação externa, ou seja, o conceito “4”, é uma forma de reconhecimento das políticas e princípios do PDI institucional, dentre eles “Excelência acadêmica que se caracteriza pela qualificação dos programas, projetos e atividades da Universidade”.

Em relação ao conceito “3”, resultado do item que trata especificamente do “Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional” (parecer, em Anexo II), o grupo da CPA manifestou-se no sentido de que o parecer dos avaliadores, neste aspecto, não apresenta indicativos de fragilidades ou até mesmo de sugestões. Mas, mesmo assim, a comissão precisa fazer uma meta-avaliação de sua atuação na Universidade, enquanto comissão responsável pela autoavaliação interna. Para essa análise o relatório dos avaliadores externos é uma fonte importante.

No decorrer dos encontros dos avaliadores com os diferentes segmentos identificou-se por parte de alguns colaboradores o desconhecimento do projeto institucional e de alguns procedimentos institucionais. Das discussões no grupo da CPA foi considerado que seria importante a realização, a cada ano, de um evento institucional que envolvesse os sujeitos “entrantes” (5 anos). Este evento teria o objetivo de acolhimento e formação, possibilitando ao sujeito conhecer o projeto de universidade, as políticas institucionais no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão e da infraestrutura física, bem como os responsáveis por cada área/setor.

Considera-se que o programa institucional denominado Ambientação, por ser desenvolvido em um dia apenas, não consegue contemplar a proposta em questão.

Foi discutida a elaboração de instrumento de pesquisa aos sujeitos entrevistados pelos avaliadores. O objetivo deste instrumento foi colher subsídios institucionais para, enquanto comissão, fazer a meta-avaliação do processo e

indicações de possíveis ações futuras, uma vez que a comissão encerra a sua atuação após evento dos 15 anos do Seminário do Paiung.

Em relação à participação específica da Comissão em reunião com os avaliadores do MEC, sentiu-se desconforto, pela percepção de que os avaliadores e a CPA/Unijuí tinham visões diferentes quanto ao trabalho de autoavaliação. Percebeu-se a falta de entendimento pelos avaliadores do perfil da CPA/Unijuí, que é o de motivar as unidades/setores a se autoavaliarem e de sistematizar/articular esses processos avaliativos na IES. Em reuniões da comissão registrou-se estranheza com essa situação causada pela diversidade de entendimento entre as partes, tendo em vista que a Lei que estabelece o Sinaes privilegia uma avaliação formativa e participativa. Verificando o documento da proposta de avaliação, realizada pelos avaliadores externos, percebe-se que houve descompasso com os propósitos iniciais que estavam previstos na Lei do Sinaes, com a forma de encaminhamento da abordagem da questão na reunião de avaliação externa com a CPA. Ressalta-se que a base do trabalho na CPA/Unijuí é assentada nos documentos oficiais, que foram estudados entre a comissão e também foram objeto de várias reuniões de capacitação, organizadas pelo Inep, das quais se participou.

META-AVALIAÇÃO

Encerrada a avaliação externa solicitou-se as impressões daqueles que tiveram participação no momento da visita dos avaliadores do MEC, como grupos reunidos junto com a comissão, nas visitas nos setores e outros contatos que aconteceram.

Impressões e compreensões a respeito da Avaliação Externa

- 1 - Como sujeito, individualmente;
- 2 - Como instituição;
- 3 - Em relação à CPA.

No total foram enviadas 181 solicitações endereçadas aos grupos referidos, tendo um retorno de 45 pesquisas, o que equivale a 15% de retorno. Em anexo, a estatística por categoria de entrevistados (Anexo III).

Impressões sobre Meta-Avaliação

Do ponto de vista acadêmico, fica muito clara a percepção da importância do momento de avaliação externa. Este olhar externo, crítico, é visto como um fator do aumento constante da qualidade dos cursos da Unijuí. A maior crítica advinda dos estudantes está no fato de serem realizadas avaliações com um conjunto misto de alunos de diversas áreas, e segundo eles, dada importância a apenas um conjunto delas. Com relação aos sujeitos gestores administrativos da Universidade (Gerentes de Coordenadorias, Chefes de Núcleos e secretarias executivas), fica evidente uma fala comum sobre certo despreparo, no sentido de não ter lido o material previamente disponibilizado. No entanto, também foram categóricos em afirmar que a postura dos avaliadores foi ética e criteriosa.

Quanto à Reitoria, Chefes de Departamento, Coordenadores de Colegiado de Curso, o processo foi considerado tranquilo e bem conduzido pelos avaliadores, quando novamente destaca-se a postura ética dos mesmos. Do ponto de vista docente, destaca-se a boa disposição em ouvir o discurso docente, entretanto, critica-se muito fortemente a falta da “visão regional” tão explícita no discurso do Sinaes e segundo o corpo docente esquecido ou ainda deixado de lado em vários momentos da avaliação. Ainda fica evidente que muitos setores gostariam de ter tido mais tempo para dialogar com os avaliadores.

Em função do exposto questiona-se por este grupo, se a CPA deveria ser reflexiva ou executiva, o que fere em alguns aspectos a cultura fundante do Sinaes.

Meta-Avaliação

Pesquisadores: (1)

Como Sujeito

- Pontos Positivos

- . Não há.

- Pontos Negativos

- . Apresentação de projetos de pesquisa - pouco tempo para avaliadores.

Estudantes de graduação: (4)

Como Sujeito

- Pontos Positivos

- . Destaca-se a importância do momento da avaliação sob um “olhar externo”.

-- Pontos Negativos

- . Críticas ao fato de que as conversas com estudantes não focam individualmente por cursos.
- . Perguntas realizadas sem devido “foco”.

Como Instituição

- Pontos Positivos

. A avaliação externa aumenta a credibilidade da Unijuí.

- Pontos Negativos
- . Não há.

Atuação da CPA

- Pontos Positivos
- . Elogio à CPA por manter avaliação contínua.
- Pontos Negativos
- . Não há.

Estudantes de Pós-graduação: (1)

Como Sujeito

- Pontos Positivos
- . Boa metodologia utilizada pelos avaliadores.
- Pontos Negativos
- . Não há.

Como Instituição

- Pontos Positivos
- . Não há.
- Pontos Negativos
- . Não há.

Atuação da CPA

- Pontos Positivos
- . A CPA por manter a possibilidade de retorno (meta-avaliação).
- Pontos Negativos
- . Não há.

Reitoria, chefia: (5)

Como Sujeito

- Pontos Positivos
- . Preocupação da comissão em “aferir” os dados apresentados pela Unijuí. Postura ética dos avaliadores;
- . Tempo adequado de questionamento.
- Pontos Negativos
- . Não há.

Como Instituição

- Pontos Positivos
- . Boa interação com os avaliadores.
- Pontos Negativos
- . Necessidade de uma reavaliação do vínculo entre Professores e a Unijuí.

Atuação da CPA

- Pontos Positivos
- . A CPA mantém a trajetória e a cultura de avaliação já consolidada na Unijuí ao longo da sua história. (Movimento Importante).
- Pontos Negativos
- . Divergência quanto ao papel da CPA Reflexiva x Executiva.
- . Divergência sobre a atuação e diálogo da CPA.

Gerentes, chefes de Núcleos, Secretarias Executivas: (9)

Como Sujeito

- Pontos Positivos
- . Não há.

- Pontos Negativos
 - . Falta de foco na reunião com gerentes.
 - . Falta de preparo (sobre o material disponível da Unijuí) pelos avaliadores.
 - . Pouco tempo com a comissão.

Como Instituição

- Pontos Positivos
 - . Processo tranquilo.
 - . Positiva de forma geral, ética e criteriosa.

- Pontos Negativos
 - . Não há.

- Atuação da CPA

- . Pontos Positivos
 - . Papel importante da CPA.
 - . Papel importante na socialização das informações e orientações.

- Pontos Negativos
 - . Necessidade de a comissão ser mais pró-ativa.
 - . Percepção das ações isoladas.

Docente: (3)

Como Sujeito

- Pontos Positivos
 - . Boa disposição da comissão para ouvir os docentes.
- Pontos Negativos
 - . Busca da comissão por problemas e não por qualidade da instituição.
 - . Falta de avaliação perante as peculiaridades locais (tal como reza o Sinaes).

Como Instituição

- Pontos Positivos
 - . Não há.
- Pontos Negativos
 - . Desinteresse da comissão pelas ações da licenciatura.
 - . Falta de foco nas características regionais da Unijuí e sua importância social.

Atuação da CPA

- Pontos Positivos
 - . Trabalho positivo através de organização e orientações adequadas.
- Bom envolvimento da CPA em todo processo.
- Pontos Negativos
 - . Não há.

CPA: (3)

Como Sujeito

- Pontos Positivos
 - . Não há.
- Pontos Negativos
 - . Componentes da comissão (sujeitos da avaliação) todos procedentes de IES públicas.
 - . Levantamento de dúvidas sobre a seriedade do trabalho da Unijuí pela comissão buscando sempre posições negativas e não suas qualidades.

Como Instituição

- Pontos Positivos
 - . Não há.
- Pontos Negativos
 - . A autoavaliação não permite ou ainda não motiva a participação de todos.

Atuação da CPA**- Pontos Positivos**

. *Envolvimento constante e intenso.*

- Pontos Negativos

. *Tentativa de identificar indícios de uma atuação forçada da CPA na Unijuí.*

f) Encontros sobre avaliação

Nesse período foi dada continuidade às reuniões em departamentos/coordenadorias com o objetivo de tornar público as ações realizadas no âmbito institucional sobre os processos avaliativos realizados por cada segmento, bem como discutir os seus resultados e o lugar da CPA, no contexto do Sinaes. No anexo V consta a relação dos departamentos/setores visitados pela CPA. Como exemplo de interação com os colegiados de curso pode-se citar o encontro de avaliação realizado com os formandos do curso de fisioterapia quando, por meio de convite da coordenação, representantes da CPA reuniram-se com os formandos deste curso, em julho de 2009, com o objetivo de oportunizar um momento de avaliação do período que permaneceram na Unijuí. A reunião contou com a participação de dois grupos de formandos, um que se formou no início de agosto deste ano e de outro, no início de 2010. O primeiro grupo concluiu o curso no currículo antigo e o segundo grupo está no currículo novo.

Dentre os assuntos abordados, destacam-se: currículo; estágio; Trabalho de Conclusão de Curso; docentes; comunicação; e infraestrutura. De todos estes pontos foram abordados, tanto potencialidades, quanto fragilidades, bem como sugestões. As questões enfatizadas pelos estudantes foram apresentadas/discutidas com a chefia do Departamento de Ciências da Saúde e a coordenação do curso, junto à representação da CPA. Confira a sistematização do encontro no Anexo IV.

3 PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS GAÚCHAS - PAIUNG

A Unijuí participa, por meio da CPA, do Programa de Avaliação Institucional das Universidades do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - Paiung. Esse programa há 15 anos constitui-se em fórum de discussão e troca de experiências sobre avaliação institucional, integrado por doze instituições comunitárias do Rio Grande do Sul. Informações sobre a história do programa, as

instituições que participam do mesmo, os objetivos, o plano de ação 2008/2009, as produções científicas e os grupos de estudos estão disponibilizadas no [site www.paiung.org.br](http://www.paiung.org.br).

No ano de 2009 foram realizados três encontros do Paiung, na Urcamp, em Bagé, na Unissinos, em São Leopoldo e na UCPel, em Pelotas. Dentre os assuntos tratados nestes encontros ressalta-se o relato das IES que passaram pelo processo de avaliação externa. Nos relatos foi possível perceber que embora várias questões do processo se assemelhem, há diferenças de olhares levando-se em conta a “composição de cada comissão”, no que se refere à concepção de avaliação, à sintonia entre os avaliadores, às áreas de conhecimento e, principalmente, o bom senso ou não dos avaliadores. Enfim, uma série de elementos que envolvem um processo avaliativo.

A ênfase maior se deu nos aspectos de organização e encaminhamentos do Seminário dos 15 anos do Paiung com o tema "Universidade Comunitária: essência e avaliação", realizado nos dias 30 de agosto a 01 de setembro de 2009. Muitos debates se desenvolveram em torno da programação, datas, palestrantes, convites, etc., mas o que marcou esse encontro foram os trabalhos dos grupos de pesquisa do Paiung que tiveram como meta a produção de artigos sobre temáticas comuns que envolvem o conjunto das Universidades Comunitárias com o objetivo de publicá-los no Livro dos 15 anos do Paiung, lançado na data do evento.

As temáticas abordadas no grupo foram: Enade; Compromisso e Responsabilidade Social; e Avaliação e Formação Docente. A Unijuí foi representada nos três grupos, sendo que a coordenação do grupo intitulado Compromisso e Responsabilidade Social foi assumida pela coordenadora adjunta da CPA da Unijuí.

A coordenação executiva do evento contou com representações da Unisc, Unijuí, UCS e Feevale.

A CPA, por meio de representação, participou da Comissão de Avaliação Científica do “Seminário Universidade Comunitária: essência e avaliação”, avaliando trabalhos submetidos ao Seminário. Os trabalhos aceitos estão publicados nos Anais do evento.

A CPA, com o apoio do Reitor, procedeu à divulgação desse evento junto à comunidade institucional. O relato completo desse evento pode ser conferido no Anexo VI.

Cada instituição do Paiung recebeu 30 exemplares da publicação “Universidade Comunitária e Avaliação – Os quinze anos do Paiung”, os quais foram encaminhados aos autores, à CPA e à Biblioteca Mario Osorio Marques.

A Comissão entende que o Paiung é um fórum importante na medida em que o conjunto das instituições comunitárias tem a oportunidade de socializar experiências, de participar de estudos conjuntos, de promover eventos, bem como de dar visibilidade às universidades comunitárias por meio de debates internos, de eventos e da produção de conhecimento.

4 DEPOIMENTOS DOS MEMBROS DA CPA UNIJUÍ (Comissão que atuou de 2004 a novembro 2009)

A Unijuí constituiu sua Comissão Própria de Avaliação – CPA, observando/atendendo/atenta à Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes, com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos da Lei que estabelece o Sinaes, incisos I e II, em que explicita:

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I - constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II - atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

A CPA da Unijuí é criada, através da Resolução da Reitoria nº 3 de 14 de junho de 2004, para coordenar o processo de Avaliação Institucional - AI. A primeira comissão foi nomeada por portaria na mesma data com a finalidade de coordenar o processo de Avaliação Institucional na Unijuí, com 10 membros titulares e 10 suplentes, sendo 4+4 representantes do Corpo Docente; 2+2 do Corpo Discente; 3+3 do Corpo Técnico-Administrativo e 1+1 representantes da Sociedade Civil. Destaca-se que em comum acordo, todos os membros titulares e suplentes participaram das atividades. Este primeiro grupo (comissão) teve papel importante de planejar, elaborando o projeto desta III Fase do processo de AI na Unijuí.

Na comissão seguinte, designada a partir de setembro de 2005, altera-se parcialmente a forma de composição, por experiências da anterior, onde se integraram

os 20 participantes/representantes todos como titulares dos respectivos segmentos já destacados na comissão anterior.

Ao longo deste período a CPA utilizou a prática sistemática de se autoavaliar, bem como possibilitar também ser avaliada pela comunidade acadêmica.

A primeira autoavaliação dos integrantes da CPA, com depoimentos a respeito da participação de cada membro na comissão, integrou o Relatório Final de Auto-Avaliação Institucional da Unijuí, de julho de 2006.

No primeiro semestre de 2008 a CPA desenvolveu, junto à comunidade acadêmica, uma pesquisa de imagem, com o propósito de identificar e de buscar elementos e parâmetros para verificar em que dimensão é conhecida e reconhecida. Esta ação envolveu docentes, técnico-administrativos e de apoio (colaboradores) e discentes (alunos).

Neste momento, ao final de mais uma fase de atuação da CPA, esta comissão ao concluir seu trabalho, entendeu que seria importante que se realizasse novamente a meta-avaliação, quando os representantes de cada segmento que compuseram a comissão no período expressassem suas impressões e compreensões de sua participação nessa comissão.

Os depoimentos dos membros da CPA revelaram que:

- a avaliação não é uma atividade solitária, mas coletiva desde sua proposição até a discussão de prioridades quanto à implementação de seus resultados, visando a correção de rumos ou a adequação de procedimentos;

- fazer a avaliação da avaliação é uma das atividades mais significativas do fazer acadêmico, é ter consciência do que está sendo feito, uma vez que permite pensar e repensar as ações seja para fazê-las, como também depois de realizadas. E no balanço do processo e dos resultados alcançados podem-se estabelecer as novas metas para a continuidade;

- a CPA constitui-se um espaço participativo, democrático e educativo que promove o processo de autoavaliação a partir da reflexão e envolvimento da comunidade acadêmica;

- inicialmente o grupo constituído teve dificuldade para desencadear o processo, pois mesmo com o projeto de autoavaliação da Unijuí, faltavam diretrizes gerais de atuação das CPAs nas IES, o que exigiu um esforço de todo o grupo para retomar toda a experiência de avaliação da instituição, bem como o estudo de todos os documentos e

legislação mais atuais referentes à implantação dos Sinaes. Essas dificuldades levaram o grupo a trabalhar de uma forma intensiva e integrada, superando gradativamente os desafios que se apresentavam;

- a comissão propiciou que se percebessem nas discussões os diferentes olhares, tanto dos sujeitos quanto das áreas do conhecimento, pois a autoavaliação encontra sua principal justificativa no desejo e na necessidade dos agentes em refletir sobre o seu fazer a partir dos objetivos propostos;

- a atuação na CPA evidenciou de uma forma clara que todas as pessoas envolvidas no processo educativo precisam perceber a avaliação como uma ferramenta, ou seja, como um dos instrumentos de gestão, pois o debate por ela promovido na universidade proporciona o planejar, o avaliar e o reavaliar com vistas ao repensar constante, ou seja, ao replanejamento;

- a comissão teve como referência a importância da reflexão, da produção do conhecimento e ao mesmo tempo a necessidade de socializar os resultados e também os processos desenvolvidos, tanto internos como externamente, através de seus relatórios parciais e finais, da promoção, da participação e da apresentação de trabalhos em eventos, bem como da produção e publicação de artigos referentes à avaliação;

- a avaliação externa nas universidades comunitárias e também no ensino público tem a função diagnóstica e permite perceber as fragilidades, as potencialidades e reorientar o planejamento;

- a intencionalidade de constituição de um grupo de pesquisa enfocando a “pesquisa e a avaliação institucional”, articulado com outras unidades, como por exemplo, os Mestrados, foi algo pensado e iniciado, mas que ainda precisa ser consolidado;

- destaca-se a oportunidade de envolvimento em uma pesquisa relacionada a imagem desta comissão junto à comunidade acadêmica;

- ao final desse ciclo avaliativo, espera-se ter criado uma mentalidade permanente de autoavaliação que busque apontar constantemente as potencialidades e fragilidades da instituição. E, assim, viabilizar as reformulações possíveis e necessárias para a

produção de políticas institucionais que continuem permitindo a construção coletiva da Universidade que todos queremos;

- os processos avaliativos podem se constituir como as bases para o fazer educativo, desenvolvendo a capacidade de se olhar, de ver o que fazemos e procurar o entendimento e explicações das ações que acontecem, acreditando que elas possibilitam uma perspectiva mais fundamentada e consequente no fazer universitário.

No conjunto dos depoimentos e nas várias discussões para organização deste relatório, é importante destacar a concepção que moveu a comissão da Unijuí durante o tempo de sua atuação.

A comissão que agora encerra a sua atividade foi estruturada no início dos processos de implementação do sistema integrado de avaliação. As bases teóricas da proposta, apresentadas nos documentos, discutidas nos vários fóruns em que a CPA participava, bem como as reuniões de capacitação promovidas pelo Inep, constituíram a orientação das ações durante o trabalho no período 2004–2009.

Tem-se claro que a proposição inicial foi sendo alterada neste período, e alguns dos dirigentes do MEC/Sesu/Inep/Conaes foram sendo substituídos. No entanto, a base do Sistema se manteve e a CPA da Unijuí foi fiel àquelas proposições, até pelo fato de que nesta instituição não era novidade o que estava sendo proposto. Em várias ocasiões ouviu-se de parte do Inep que a história da avaliação das universidades comunitárias, havia sido o embrião do Sinaes. E a Unijuí, como as demais IES comunitárias foi apresentada como modelo desse processo.

Isso tudo fez com que a CPA/Unijuí mantivesse as suas ações com coerência à história da avaliação institucional e baseada nos documentos do Sinaes.

Neste contexto, houve o estranhamento em relação ao que os avaliadores externos esperavam da CPA da Unijuí.

Ao final de mais esta etapa de trabalho pode-se dizer que a CPA da Unijuí se reconhece, sem dúvida nenhuma, como um grupo que procurou ter uma dinâmica de atuação envolvendo todos os segmentos da instituição e, inclusive, dando voz à comunidade externa, em especial à sociedade regional em que se insere. A relação da CPA (através de seus componentes e no conjunto da Comissão como grupo), com seus pares no interior da universidade sempre procurou ser pautada pela interação e articulação com os vários segmentos e teve no Reitor o seu interlocutor institucional. Esta comissão sempre procurou realizar o seu trabalho, no que diz respeito ao seu fazer específico, enquanto grupo que tem a tarefa de coordenar e sistematizar a autoavaliação institucional. Assim, pode-se dizer que o processo de autoavaliação

deve ter continuidade, para entender a história, pensar o presente que está se vivendo e planejar o futuro que a Unijuí e a comunidade regional desejam.

5 SUGESTÕES PARA AVALIAÇÕES FUTURAS (comissão que atuou de 2004 a novembro 2009)

A partir da experiência do trabalho da CPA/Unijuí, neste período que está encerrando um ciclo avaliativo, considera-se pertinente registrar algumas questões, que podem ser sugestão para a nova CPA.

O acesso às informações no contexto da instituição, no que diz respeito ao dia a dia das atividades acadêmicas levou a comissão a perceber que é importante dar atenção a questões que dizem respeito ao acadêmico, dentre elas relacionam-se as seguintes:

- promover debates institucionais para discutir a concepção de universidade comunitária diante do novo cenário de educação superior e de conjuntura econômica;
- organizar um programa de formação, para as pessoas mais novas que entram na IES, para que possam conhecer o projeto da IES, as políticas de ensino, pesquisa, extensão; gestão e a infraestrutura. Além disso, apresentar a composição da estrutura administrativa e os responsáveis por cada área e dimensão;
- incentivar os coordenadores a realizarem discussão e avaliação junto aos alunos para coletar a opinião dos mesmos sobre o programa institucional de avaliação dos componentes curriculares que é realizado a cada semestre. Percebe-se muitas opiniões a este respeito e um trabalho de parte das coordenações pode motivar a que mais alunos participem e, por outro lado, percebam os resultados, fortalecendo a avaliação e o próprio instrumento;
- trabalho junto aos coordenadores para incentivo e envolvimento de todo o curso (alguns professores-coordenadores) na discussão do Enade, não apenas no período preparatório, mas no momento subsequente à realização da prova. Considera-se importante analisar a prova, fazer as questões nos diversos componentes curriculares a que dizem respeito, discutir o formato da prova, o tipo de questões e as diretrizes do exame assim como o perfil do egresso estabelecido pelo Inep;

- coleta de dados sobre os alunos que trabalham na Unijuí. Ressalta-se que se fez consulta junto à coordenadoria de informática, obtendo a resposta da inexistência desses dados;

- eventos sobre o Enade, trazer alguém do Inep para falar sobre o Enade e os dados estatísticos que ele oferece para que os coordenadores possam qualificar os cursos.

6 RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO¹ (Comissão que atuou de 2004 a novembro de 2009)

Vários aspectos apontados no processo de autoavaliação institucional, tanto dos acadêmicos como dos administrativos, tiveram efetivado o seu encaminhamento. Porém, diante da complexidade institucional e pela conjuntura econômica vivenciada enquanto universidade comunitária, nem todas as demandas estão tendo solução imediata, embora constem em planejamentos ou em cronogramas. A “caixa amarela” (CPA 2005) para recolher reclamações, solicitações e registro do que mais interessasse à comunidade acadêmica, foi incorporada pela instituição no contexto do Programa Sinergia - Excelência no Atendimento e Relacionamento.

Destacamos a seguir encaminhamentos que mostram a articulação entre a auto-avaliação e as ações na universidade: a) Institucional - Qualificação das estruturas *multicampi*; realização de convênios e parcerias com instituições estaduais, nacionais e internacionais; instalação do Projeto Unijuí Comunidade; construção do Prédio de Convivência, projetada no PDI; diante da constatação de duplicação da estrutura de serviços, foi feito enxugamento de pessoal e extinção de setores; b) Egressos – discussões de programa institucional, e nas coordenações de curso intensificação das ações; c) Planos de carreira - Implantação do novo Plano de Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo e de Apoio da Fidene; criação do Plano Sênior; alteração na forma de atribuição de tempo aos docentes; definição de teto salarial máximo, que resultou em novo plano de carreira do pessoal docente; política institucional de credenciamento e recredenciamento de docentes nos programas de Pós-Graduação; d) Estudantes – recepção aos calouros e acadêmicos: “O primeiro dia a gente não esquece”; Blog “Tá Ligado”; Programa Especial de Bolsas de Estudo Gratuidade Parcial – Grupo Familiar; implementado o Programa Especial de Financiamento para Egressos – FINE, para retorno daqueles que estavam

¹ Texto retirado do documento “Avaliação Externa e as Políticas da Unijuí”. Textos de Referência. Coleção Cadernos de Gestão Universitária, nº 42, 2009.

afastados; Convênio PRAVALER junto à IDEALINVEST, para financiamento direto aos estudantes; atenção com os estudantes portadores de necessidades especiais, tanto no cuidado com a infra-estrutura, como nas questões pedagógicas; mudança da Reitoria para o Campus Universitário, permitindo maior interlocução junto aos acadêmicos; intensificação de ações para intercâmbio internacional através dos convênios com instituições estrangeiras, em que os estudantes podem realizar um semestre de seu curso no exterior; e) Ensino - Programa de visita às escolas, eventos para estudantes do Ensino Médio; “Saca Dúvidas” e “Profissional do Futuro” para informações sobre as profissões e conhecimento da estrutura da Universidade; plataforma virtual - *Conecta UNIJUÍ*; diagnóstico dos Estágios Curriculares nos cursos de graduação; constituição dos Núcleos Comuns aos diversos cursos de Graduação; registros acadêmicos referentes à avaliação acadêmico-formativa realizados por meio do Portal do Professor, via online; estudos para implementação de política de estágio; prioridades para a organização administrativa e pedagógica voltadas aos cursos de graduação; constituição de Assessoria Pedagógica voltada aos Cursos de Bacharelado e Tecnologia e da Assessoria Pedagógica voltada aos Cursos de Licenciatura; estudos para o fortalecimento de um programa de formação continuada aos docentes; Biblioteca: atualização do acervo de periódicos e disponibilização imediata aos usuários, computadores na Biblioteca aos usuários; criação do Sistema de identificação dos usuários internos e externos, através do *Cartão Institucional de identificação do usuário*, criação do cadastro via *web* para usuários eventuais da Biblioteca (para a comunidade externa) e instituição do Cartão de identificação para utilização da Biblioteca.

Essa articulação entre os processos institucionais e ações pode ser conferida especificamente no Relatório de Auto-Avaliação Institucional 2006 a 2008, no capítulo I no “Quadro – Balanço da Auto-Avaliação Institucional da Unijuí”, acesso no Portal da Unijuí, www.unijui.edu.br/cpa.

7 META-AVALIAÇÃO DA CPA (comissão que atuou de 2004 a novembro de 2009)

A Autoavaliação Institucional da Unijuí encerra o primeiro ciclo avaliativo, iniciado em agosto de 2004 a 2009 com a entrega deste documento constituído por ações avaliativas da universidade do período de dezembro 2008 a agosto 2009.

A proposta de atuação da CPA partiu de uma visão da Lei do Sinaes, segundo a qual a avaliação institucional constitui um dos pilares do processo avaliativo, ou seja, um processo ativo e contínuo que exige investimentos em uma perspectiva da

avaliação formativa, em que juntos – alunos, professores e técnico-administrativos - puderam identificar potencialidades, fragilidades e redirecionamentos.

A Comissão Própria de Avaliação, ao mesmo tempo em que finaliza um ciclo (2004/2009), quer destacar que desenvolveu o seu trabalho em diferentes momentos. O primeiro deles se deu com a constituição da Comissão, em que inicialmente estudaram-se os documentos do Sinaes e conheceu-se a história de avaliação da universidade para a elaboração do Projeto de Autoavaliação Institucional. Feito isso se procedeu a discussão, nos diferentes espaços institucionais, com o objetivo de motivar os atores institucionais para se autoavaliarem. O segundo momento se deu a partir da avaliação realizada em cada unidade universitária, em que a CPA recebeu das diferentes unidades a sua avaliação. Então, a CPA, que tem a responsabilidade de sistematizar e integrar as diferentes dimensões da autoavaliação fez a análise do material recebido e produziu o Relatório de Auto-Avaliação Institucional período de 2004 a 2006, o que diagnosticou a autoavaliação na Unijuí. Neste relatório estão apontadas as potencialidades, fragilidades e sugestões de encaminhamentos. O terceiro momento de atuação, enquanto Comissão, diz respeito à análise do que foi possível qualificar e resolver dos problemas apontados no segundo momento da avaliação. Pode-se avaliar relevante nesta terceira fase a constatação de que uma série de questões apontadas como fragilidades foram solucionadas. Assim é possível inferir que a complexidade e a dinâmica institucional não possibilitam a divulgação da resolução de todos os problemas apontados, tanto acadêmicos, quanto administrativos. A reflexão que se faz, é que na universidade, dentro de sua complexidade, resolvem-se demandas, e ao mesmo tempo aparecem outras demandas, e as que foram resolvidas perdem a visibilidade. Mas entende-se que esta é a diversidade de uma instituição universitária que não trabalha com conhecimentos estanques, acabados.

A CPA entende que o seu trabalho durante esse ciclo, possibilitou a comunidade universitária o acesso as peculiaridades, potencialidades, fragilidades e encaminhamentos. Acredita-se que a partir das reuniões, dos documentos/relatórios foi possível indicar aspectos que permitem compreender a complexidade desta Instituição de Ensino Superior e reorientar para a tomada de decisões.

Quando se desenvolveu a pesquisa de imagem da CPA, teve-se o objetivo de perceber, por parte de professores, técnico-administrativos e estudantes, o nível de conhecimento que estes tinham da comissão. Os resultados demonstraram que a comissão precisava de maior visibilidade e a necessidade de pensar estratégias de mostrar à comunidade acadêmica que a CPA é um lugar que recebe/acolhe as críticas e sugestões, ao mesmo tempo em que as sistematiza e socializa. Entre os

encaminhamentos criou-se a Memória do departamento/setor, que funcionou como uma síntese do que cada um vinha fazendo, em termos de avaliação, do que propriamente a exposição de problemas. E isso para o trabalho de sistematizar os diferentes processos tornou-se importante.

8 COMO PODE SER VISTO HOJE O PROCESSO AVALIATIVO DO SINAES (Comissão que atuou de 2004 a novembro de 2009)

O Ministério da Educação divulgou, recentemente, a Portaria nº 821/2009, que “Define procedimentos para a avaliação de Instituições de Educação Superior e Cursos de Graduação no âmbito do 1º Ciclo Avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior”. Assim, definem-se novos cálculos para o Conceito Preliminar de Curso – CPC, o que traz uma mudança de paradigma no que concerne à educação; avaliação e a resultados.

O estabelecimento dos indicadores IGC e CPC alteram a proposta originária do Sinaes, uma vez que a avaliação passa a ser medida por meio de índices que servirão de referência para o processo avaliativo. O que parece é que todo o esforço da avaliação ficará simplificado nos índices como o CPC, o Índice Geral de Curso – IGC e o Conceito Enade. A Portaria define também a data em que as IES devem postar os relatórios de autoavaliação institucional no sistema e-MEC. Entende-se que esses índices mudam significativamente os rumos da avaliação, bem como o paradigma da educação.

O Sinaes, sendo uma política de Estado e não de governo está consolidado e, portanto, caberá as IES cumprir o que é estabelecido na Lei. No entanto, ainda se percebe que a comunidade universitária, gestores, professores, estudantes, técnico-administrativos e sociedade, estão aquém das proposições. É preciso reconhecer esses processos avaliativos como possibilidade de qualificação da educação, do aprendizado e de superação de problemas.

Neste contexto, a professora Iguatemy Maria de Lucena, Diretora de Avaliação da Educação Superior, no Seminário dos 15 anos do Paiung, realizado em agosto/setembro, em Caxias do Sul/RS, chamou a atenção para a importância de criar um movimento nas IES para que os gestores/coordenadores de curso utilizem os resultados do Enade para refletir sobre os seus cursos, ou seja, a revisão de seus projetos, de suas dinâmicas pedagógicas e do uso de tecnologias. Os resultados do Enade e, inclusive, as provas, constam no *site* do MEC no endereço www.portal.mec.gov.br. Segundo ela, as universidades precisam analisar os dados de forma pedagógica.

A CPA entende que esse é um caminho interessante, uma vez que, em várias oportunidades, quer seja em debates internos, bem como em diálogo com os coordenadores de cursos, em visitas nos departamentos, enfatizava a importância de cada colegiado de curso analisar os dados do Enade, bem como a prova, como uma possibilidade de analisar/aproveitar os resultados e a forma pedagógica de elaboração da prova. Este procedimento foi adotado por alguns colegiados de curso.

É importante reconhecer que essa mudança no sistema exige um novo posicionamento das instituições. O Enade é uma realidade e pode ser utilizado para melhoria de processos. Na visão da CPA, por um lado, é importante que os diferentes segmentos da Universidade (gestores, professores, estudantes e técnicos) entendam a lógica do Sinaes, bem como que o Enade, por meio do CPC e IGC, assume um papel relevante no processo avaliativo. São estes indicadores que vão avaliar a competência ou não das IES. Essa conscientização foi ressaltada em várias oportunidades pelos membros da Comissão. Por outro lado, o estudante precisa compreender que o resultado registrado no diploma lhe acompanhará por toda a vida e, ainda, que os estudantes possam perceber que os dados do Enade servem para qualificar o curso, quer seja, o currículo, a infraestrutura, a prática pedagógica, enfim que ele possa perceber que a sua participação qualificada irá produzir resultados para a melhoria de seu curso.

Diante deste novo cenário que envolve a avaliação da educação superior, enquanto Comissão questiona-se qual é o lugar e o papel da autoavaliação institucional e da CPA no conjunto das modificações do Sinaes? O que o MEC quer da autoavaliação, ou seja, quais os critérios que serão considerados pelos avaliadores externos, tanto de cursos, quanto de instituições? As CPAs precisam assumir um perfil de diagnóstico para o planejamento e produção de conhecimento ou um perfil mais executivo? Como a autoavaliação poderá contribuir para a implementação de políticas institucionais que contribuam com a melhoria da educação tanto nos seus aspectos administrativos, quanto acadêmicos?

Esses questionamentos também servem para refletir sobre o conceito “3”, no quesito autoavaliação que integra o parecer da avaliação externa. Esse conceito parece mostrar um caminho no sentido de que o papel assumido pela CPA/Unijuí de motivação e sistematização do processo de autoavaliação institucional não tenha sido o mais adequado na visão dos avaliadores, embora esteja de acordo com o que preconizam as Diretrizes para Avaliação das IES na seguinte passagem “Além de integração e articulação, é também central no Sinaes a participação. Esta é uma exigência ética que convoca todos os membros da comunidade acadêmica de educação superior, das instâncias institucionais, de setores governamentais ou da

sociedade, a se envolver nas ações avaliativas, respeitados os papéis e as competências científicas, profissionais, formais políticas, administrativas e éticas das distintas categorias". A CPA entende que de forma democrática e autônoma atendeu esse requisito de participação, uma vez que cada unidade universitária teve a liberdade de desenvolver as suas ações, embasada em suas concepções de avaliação. Dos relatórios recebidos pode-se perceber o envolvimento da maioria dos segmentos.

Das novas políticas de educação superior preconizadas pelo Ministério da Educação cabe destacar os desafios às IES comunitárias enfatizados por Paulo Wollinger, diretor de Regulação e Supervisão da Educação Superior, do Ministério da Educação, citadas a seguir.

- a) ampliar os horizontes das ofertas de cursos;
- b) inovar os projetos pedagógicos;
- c) flexibilizar a educação – o professor precisa assumir o papel de gestor da aprendizagem;
- d) a concorrência com IES “predatórias” deve servir de desafio às comunitárias para criar alternativas e novos projetos;
- e) mostrar aos alunos, e por meio deles, à sociedade civil a diferença de estudar em IES comprometidas com a sociedade e que mantêm programas de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- f) ampliar a oferta de ensino médio e técnico pelas IES;
- g) ampliar a oferta de cursos de graduação na área tecnológica pela oferta de cursos que demandem profissionais formados na região de abrangência da IES;
- h) ampliar a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, pois estes têm sido alvo das IES não boas”;
- i) transformar o estudante em estudante permanente, seja por meio de cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, cursos de formação continuada, programas especiais ou eventos. Que esse estudando possa perceber a importância de ser “estudante para toda a vida”;
- j) inovar na oferta de cursos, em novas tecnologias de aprendizagem, no relacionamento com professor-aluno, aluno-professor;
- k) fortalecer o papel científico e tecnológico das universidades para resolver os problemas do Brasil;
- l) consolidar o EaD no Brasil. Romper com o preconceito da educação a distância. É preciso compreender que EaD é uma alternativa para a faixa de pessoas em torno de 35 anos, não é para jovens."

Espera-se que esse novo paradigma de avaliação possa coibir a oferta de cursos com pouca qualidade. Sabe-se que é difícil, no entanto, percebe-se timidamente que já existem cursos e instituições, que obtiveram conceito 1 e 2, que assumiram, por meio de protocolo, a responsabilidade de adequar o que foi apontado pelas comissões de especialistas do MEC no que se refere a avaliações externas e de cursos.

II PARTE

AÇÕES DO SEGUNDO CICLO AVALIATIVO DO SINAES (dezembro de 2009 e janeiro a março de 2010)

Concluído o primeiro ciclo avaliativo do Sinaes a Presidência do Conselho Universitário – Consu nomeou nova Comissão, bem como a coordenação do processo por meio da Portaria nº 01/2010, de 24 de janeiro de 2010 (anexo VIII). Cabe ressaltar que objetivando dar continuidade ao trabalho desenvolvido no primeiro ciclo, alguns membros da comissão anterior permaneceram no grupo.

Destaca-se que no período de transição entre as comissões, a técnica-administrativa alocada a CPA deu continuidade às atividades. Assim, participou de eventos externos e internos, que trataram de temas sobre o processo de avaliação. Dentre os temas destacam-se a autoavaliação institucional no âmbito do Sinaes; a Atualização do PDI 2006/2015, e a Formação Continuada dos Docentes.

Nesta segunda parte do relatório busca-se contemplar as dimensões do Sinaes em que se desenvolveram ações avaliativas inovadoras, ou diferentes das que constam nos relatórios anteriores, uma vez que há uma cultura institucional de avaliação em todas as áreas e setores da universidade.

Dimensões do Sinaes

A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

Na perspectiva de articulação da autoavaliação institucional e PDI, a CPA participou de Reunião do Conselho Universitário ampliada em que aconteceu a apresentação e deliberação sobre as propostas de atualização dos Planos de Desenvolvimento Institucional dos Departamentos da Unijuí. Participaram do evento os membros do Conselho Universitário - Consu, os docentes adscritos aos departamentos da Universidade e os técnicos administrativos que atuam na área do ensino. Neste encontro, o Reitor Gilmar Bedin apresentou a síntese dos objetivos e

metas dos departamentos da Unijuí a partir dos documentos enviados pelos mesmos. Do trabalho sistematizado foi possível identificar as especificidades de cada departamento e a importância de definição de políticas institucionais em alguns temas que englobam o todo da universidade. Em continuidade foi aberto o debate, no qual os departamentos tiveram a oportunidade de complementar ou esclarecer as questões sistematizadas. O debate aconteceu especialmente em relação à crise das licenciaturas e a necessidade de busca de alternativas para a sua continuidade, a concorrência e a importância de buscar estratégias para fazer frente a esta e a necessidade de pensar alterações na estrutura da universidade, projetando-se, para isso, a discussão sobre a possibilidade de junção de departamentos e áreas do conhecimento.

Na ocasião foram destacados temas que merecem ser aprofundados na Universidade visando fortalecer o projeto de Universidade. Dentre eles: O Futuro das Licenciaturas; Formação Pedagógica; e Revisão da estrutura organizacional da Universidade.

A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

Ensino

O ensino de graduação no ano de 2009 centrou esforços no processo de avaliação externa realizado pelo MEC para fins de credenciamento da Unijuí, no qual obteve avaliação positiva. A partir dos aspectos apontados na avaliação institucional e externa procedeu-se uma reestruturação na assessoria pedagógica, bem como a retomada institucional do debate pedagógico.

Nessa perspectiva, a VRG desenvolveu uma série de ações com vistas a criar um programa de formação continuada aos docentes da Unijuí; de promover discussões sobre o papel da formação humanística na formação dos egressos da Unijuí; bem como de promover debates acerca dos diferenciais que marcam o perfil geral dos egressos da Unijuí e, em especial, do perfil dos egressos das licenciaturas.

Diante da demanda institucional de criar um programa de formação continuada, o que pode ser conferido nos Relatórios de Autoavaliação Institucional da Unijuí, a Vice-Reitoria de Graduação juntamente com a assessoria pedagógica, desde 2008,

desencadeou um conjunto de ações com vistas à efetivação de um programa, enquanto política institucional.

Assim, em março de 2010 deu-se continuidade ao programa pela realização do Ciclo de Formação Continuada de Docentes da Unijuí, no qual a CPA esteve presente. Este evento teve o objetivo de promover a qualificação docente, por meio de reflexões críticas. O evento aconteceu no Campus Ijuí e marcou o início das atividades acadêmicas 2010. Destaca-se que estiveram presentes professores dos *campi* de Ijuí, de Santa Rosa, de Três Passos, de Panambi e dos Núcleos Universitários de Santo Augusto e de Tenente Portela.

A programação contou com a fala da professora Dr^a Antonia Carvalho Bussmann, Vice-Reitora de Graduação, sobre a importância da formação continuada de docentes na excelência acadêmica. Em seguida, o Reitor da Instituição, professor Dr. Gilmar Antonio Bedin, abordou a conjuntura do ensino superior no Brasil.

O evento contou ainda com a palestra do Prof. Dr. Paulo Evaldo Fensterseifer com o tema: “Ética e educação: reflexões acerca da docência”. Logo após, o Prof. Dr. José Pedro Boufleuer abordou o tema “Reflexões sobre o fazer docente no Ensino Superior”. À tarde, as discussões continuaram com o professor Mestre Maurício de Campos que falou sobre “A pesquisa e seu contributo no ensino de graduação”. O encerramento contou com a apresentação cultural do grupo Cantorias.

A partir dos temas apontados no evento para discussão a VRG já está programando a continuidade do Ciclo de Formação Continuada para os meses de abril e maio de 2010.

Avaliação Docente

A avaliação docente é uma política institucional, coordenada pela VRG e acontece no primeiro e segundo semestre de cada ano. A tabela a seguir demonstra a adesão à pesquisa no primeiro semestre de 2009. Destaca-se que a pesquisa referente ao segundo semestre de 2009 foi disponibilizada no Portal Unijuí a partir de 27 de novembro de 2009 com data prevista para seu encerramento em março de 2010.

Cursos Presenciais

	2007 II	2008 I	2008 II	2009 I
Matriculados	8.723	9.372	8.655	8.722
Respondentes	4.617	3.993	4.035	4.195
%	52,93%	42,6%	47%	48%

Cursos EaD

	2007 II	2008 I	2008 II	2009 I
Matriculados	-	521	668	1.064
Respondentes	-	79	411	592
%	-	15%	62%	55,63%

A partir da 2ª edição da Pesquisa os resultados têm sido disponibilizados diretamente a cada Departamento e aos respectivos Colegiados de Coordenação de Cursos de Graduação, logo após o encerramento do prazo para os alunos se manifestarem, possibilitando conhecimento e análise comparativa às edições anteriores. As informações obtidas por meio da referida análise devem subsidiar ações e planejamento dos Colegiados de Curso buscando a efetiva qualificação dos processos de ensino-aprendizagem, por meio do atendimento às demandas apontadas pelos estudantes. Após análise e encaminhamentos, cada Colegiado de Coordenação de Curso informa à VRG os resultados da avaliação de seu curso e os encaminhamentos dados às questões demandadas pelos estudantes por meio da Pesquisa. (Relatório de Atividades VRG 2009).

Cabe ressaltar que as políticas de ensino de graduação estão voltadas ao desenvolvimento de práticas institucionais que estimulem a qualificação do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias do ensino. Estes assuntos integram o debate e as ações que estão sendo desenvolvidas no âmbito do programa de formação continuada.

Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão^[1]

Pesquisa

No ano de 2009 foi mantida a mesma sistemática de avaliação da pesquisa: como atividade no momento de concessão de horas de pesquisa, nos processos de credenciamento de docentes nos programas *stricto sensu* e nos eventos científicos realizados no mês de setembro.

A avaliação da pesquisa no momento do edital de concessão de horas se dá com a mensuração da produção científica de cada pesquisador nos últimos quatro

[1] Relatório de Atividades da Fidene/Unijuí – Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

anos. Para isso, há uma tabela de pontuação da produção científica, com diferentes pesos, que é preenchida individualmente. A seleção pela análise da produção científica dos anos 2005-2008 beneficiou, em 2009, 30 pesquisadores, destinando 11,8 mil horas para pesquisa.

O processo de credenciamento e reconhecimento de docentes nos programas de pós-graduação *stricto sensu* também é um importante momento de avaliação. Com o objetivo de reforçar e qualificar as linhas de pesquisa do Programa, em 2009, foi realizado um novo processo de credenciamento/reconhecimento de docentes, com avaliação individual da produção científica e da atuação e/ou potencial de atuação no Programa, no Mestrado em Desenvolvimento e no Mestrado em Educação nas Ciências, considerando as dimensões da pesquisa, do ensino, da orientação e das articulações interinstitucionais. A quota destinada ao Papdocência beneficiou 43 docentes com 23,3 mil horas.

Outro mecanismo de avaliação e divulgação da pesquisa é a realização anual dos eventos científicos Seminário de Iniciação Científica, Jornada de Pesquisa e Jornada de Extensão, em que participam professores, estudantes, técnicos administrativos da Unijuí e são abertas a instituições brasileiras. Estes são eventos consolidados na universidade.

Destaca-se que a política de aprovação preliminar dos projetos de pesquisa pelos Departamentos é importante na medida em que proporciona às diferentes áreas do conhecimento o envolvimento e a decisão sobre os temas a serem aprofundados no departamento por meio de pesquisas. O cadastro de projetos é feito no Portal do Professor (no site da Unijuí), pelos coordenadores de pesquisas, inclusive pesquisadores credenciados no Papdocência. Nesse processo, o cadastro e aprovação dos projetos é condição para que os docentes possam concorrer a horas de pesquisa.

Indicadores de que o alinhamento da política institucional de pesquisa com as diretrizes das agências nacionais garante resultados positivos começam a aparecer. No ano de 2009 houve a aprovação de bolsa produtividade em pesquisa do CNPq para três pesquisadores da Instituição e financiamentos de quinze projetos de pesquisa por agências externas (Fapergs, CNPq e SCT/RS). A produção científica cresceu em número e as publicações deram um salto de qualidade visível pela inclusão de artigos em periódicos com classificação A e B na Capes.

Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*

As políticas da Universidade para os Cursos de Pós-Graduação (*lato e stricto sensu*), na modalidade presencial, possuem uma longa caminhada na Unijuí. Em relação aos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, cabe destacar que os departamentos estão empenhados em oferecer cursos de qualidade e de interesse da comunidade regional.

A política de pós-graduação, especialmente pelo viés da verticalização da Universidade, adquiriu novos contornos no início da década dos 90. De fato, nos primeiros anos dessa década foram implantados os primeiros dois Cursos de Mestrado da Universidade (Curso de Mestrado em Modelagem Matemática e de Educação nas Ciências). Estes cursos contam, hoje, com avaliações positivas pela CAPES (ambos com conceito quatro).

A pós-graduação *stricto sensu* na Unijuí está estruturada em três programas permanentes: Modelagem Matemática, Educação nas Ciências, e Desenvolvimento.

Enquanto política institucional os docentes que integram os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Unijuí participam do Programa de Apoio às Atividades Acadêmicas nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Papdocência. No tempo concedido a cada docente dentro do Papdocência estão previstas inúmeras atividades. Os custos da participação de cada professor no Programa são divididos, de forma idêntica, entre o Papdocência, através da utilização de parte dos recursos do Fundo de Pesquisa, e o respectivo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Instituição. No ano de 2009 foram investidos cerca de R\$ 3,5 milhões em pessoal docente no âmbito do Programa.

O ano de 2009 marcou o encerramento da turma do Curso de Mestrado Interinstitucional em Filosofia - Minter -, realizado em parceria da Unijuí com a Universidade Federal de Santa Maria. O Curso ofereceu 25 vagas e foi encerrado no mês de julho com a defesa de 17 dissertações.

O Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Educação nas Ciências é credenciado pela Capes/MEC, desde 1995, para oferta de curso de Mestrado Acadêmico. As linhas de pesquisa do Programa são: Currículo e formação de professores; Teorias pedagógicas e dimensões éticas e políticas da educação; e Educação popular em movimentos e organizações sociais. Anualmente o Programa oferece cerca de 30 vagas e, em 15 anos de história, já contabiliza mais de 300 dissertações defendidas. A consolidação da proposta do Programa veio com a recomendação pela Capes, no mês de novembro de 2009, para implantação do Curso

de Doutorado. De acordo com a Ficha de Recomendação "a proposta atende todas as exigências da área para a implantação de Doutorado - proposta consistente, maturidade e produção do corpo docente, infra-estrutura e inserção científica e social", com o que o curso foi recomendado com conceito quatro (bom). O curso de doutorado será implantado pela Unijuí no primeiro semestre de 2010 com a oferta de sete vagas. Com o objetivo de reforçar e qualificar as linhas de pesquisa do Programa, ainda no ano de 2009, foi realizado um novo processo de credenciamento/recredenciamento de docentes, com avaliação individual da produção científica e da atuação e/ou potencial de atuação no Programa, considerando as dimensões da pesquisa, do ensino, da orientação e das articulações interinstitucionais. A conclusão do processo aconteceu no mês de janeiro de 2010.

Extensão

A Extensão na Unijuí pode ser dividida em duas partes: a Extensão *lato sensu* e a extensão *stricto sensu*.

A Extensão *lato sensu* engloba as atividades mais voltadas à prestação de serviços. Nela incluem-se os serviços prestados pela Associação Instituto de Políticas e Desenvolvimento - AIPD, pela Agência de Inovação Tecnológica – Agit, Incubadora de Empresas – Criatec, Escritório Modelo, Clínica de Nutrição, Clínica de Fisioterapia, Laboratório de Solos, Farmácia Escola, entre outros.

De outra parte, a Extensão *stricto sensu* está diretamente ligada à Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. De acordo com a Resolução que regulamenta a atividade, define-se por Projetos de Extensão Universitária “aqueles que prevêem ações de interação educacional, sociocultural, artística e tecnológica da Universidade com indivíduos, organizações, grupos e movimentos socioculturais. O desenvolvimento dessas ações supõe postura dialógica, acontecendo de forma sistemática, continuada (não eventual), devendo promover mudanças desejadas pelos parceiros e resultar em produto teórico-metodológico, artístico e/ou tecnológico possível de ser comunicado para terceiros” (Resolução CEC 01/2008).

Os projetos de Extensão devem, ainda, proporcionar a socialização, a sistematização e a produção do conhecimento através do relato sistematizado e publicável das experiências de extensão e assegurar, desta forma, organicidade e visibilidade ao trabalho de relação da Universidade com a sociedade.

Anualmente a Vice-Reitoria, em conjunto com o Comitê de Extensão e Cultura, publica Edital para seleção de projetos. Os projetos têm duração de um ano, mas são

renováveis. A cada edital anual, projetos já existentes podem concorrer novamente e se aprovados, dar continuidade às atividades. Podem ser renovados tantas vezes quantas forem aprovados.

Estão habilitados a solicitar horas do Fundo Institucional de Extensão os **docentes** que preenchem os seguintes requisitos: ter projeto de extensão aprovado institucionalmente e vinculado a um ou mais dos Programas Institucionais de Extensão; ser docente do quadro efetivo do Plano de Carreira da Unijuí.

O processo de seleção dos projetos obedece a critérios pré-estabelecidos no edital, e são selecionados por comissões de avaliação que possuem três membros do departamento e um representante do Comitê de Extensão e Cultura, que atua como mediador das discussões. O resultado da seleção é homologado pelo comitê.

É obrigação tanto dos docentes quanto dos bolsistas produzir materiais para publicizar sua experiência no projeto. Ambos devem, ainda, inscrever resumo na Jornada de Extensão da Unijuí, que acontece anualmente. Além disso, tanto os coordenadores de projetos quanto os bolsistas devem apresentar relatório final de atividades, relatando sua experiência, refletindo sobre os resultados obtidos e discutindo possíveis atividades que não puderam ser desenvolvidas. Esses relatórios são avaliados conforme normatiza o edital anual.

A prática de realização de editais para execução da extensão na Unijuí vem ocorrendo desde o ano de 2005. Porém, em 2008 foi realizado o Seminário para discutir a Extensão na Unijuí. Este seminário foi realizado com o intuito de proporcionar aos docentes um ambiente de discussão sobre o conceito de extensão e sobre a prática de concessão de horas por editais anuais.

Esse evento reforçou o entendimento dos docentes sobre a Extensão, gerou a revisão da resolução que regulamenta o fundo institucional de extensão e de forma mais substancial trouxe reflexos para a operacionalização do edital anual. Sua sistemática, que antes previa a análise dos projetos e concessão de horas somente pelo Comitê de Extensão, passou a ser submetido a uma sistemática de aprovação e concessão em comissões de avaliação departamentais, envolvendo assim os docentes diretamente ligados às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tal sistemática promoveu a aproximação e uma maior interação entre as atividades fim da Unijuí, fortalecendo o papel da extensão como contribuinte na troca de experiências e conhecimentos que visam enriquecer o ensino de graduação.

Comunicação com a Sociedade²

Dentre as políticas de comunicação com a sociedade destaca-se o mecanismo de Ouvidoria *online* que está inserido no Programa de Endomarketing Sinergia, bem como a Ouvidoria impressa, via “urnas”, exercida pela coordenação do Programa Sinergia. Por meio desse instrumento a comunidade interna e externa tem a possibilidade de participar da gestão institucional expressando suas críticas, sugestões e elogios ao atendimento da Fidene/Unijuí. Esta atividade está sob a responsabilidade da Chefia de Gabinete.

Além destes dois grandes mecanismos de comunicação, a Universidade mantém uma Central de Informações, ligada à Secretaria Acadêmica. Este órgão realiza o atendimento das comunidades interna e externa, prestando informações sobre eventos institucionais e sobre a localização dos espaços físicos, bem como auxilia na solicitação de documentos acadêmicos pelos estudantes.

Também são mantidos pela Universidade os telefones 0800, com os quais se estabelece um canal de comunicação direta com a comunidade, oferecendo informações qualificadas, especialmente no que se refere aos cursos de graduação. Em nível interno, o Sistema de Informações para o Ensino – SIE, agrega de forma interrelacionada todas as informações e procedimentos necessários para a organização das atividades da Universidade. É por meio desse sistema que o Portal é alimentado.

Planejamento e Avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional

Em novembro de 2009, o INEP promoveu o Seminário Regional aos coordenadores das Comissões Próprias de Avaliação – CPAs, em Florianópolis, no qual a Unijuí esteve representada pela coordenação da CPA. O evento teve por objetivo discutir a autoavaliação institucional no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes, com enfoque nas questões que dizem respeito às responsabilidades e o papel da CPA no conjunto dos procedimentos avaliativos da educação superior.

² Fragmentos retirados dos textos produzidos para análise dos avaliadores do MEC 2009 intitulado “Avaliação Externa e as políticas da Unijuí – textos de referência”. Coleção Cadernos de Gestão Universitária nº 43. Fidene Unijuí: 2009.

Este evento foi importante na medida em que oportunizou o diálogo e a troca de experiências entre o INEP e as CPAs das instituições de ensino superior da região Sul do Brasil. Evidenciou-se nos debates e encaminhamentos a diversidade de concepções de avaliação; de estruturas de comissões e de organização dos relatórios de autoavaliação.

Das questões consensuais do debate se destacam: a necessidade de autonomia das comissões; o efetivo envolvimento dos estudantes e da comunidade externa; a importância do envolvimento de todos os segmentos no processo de autoavaliação institucional; a articulação da CPA junto aos gestores da instituição; os relatórios de autoavaliação institucional constituírem-se em instrumento de gestão, bem como a importância das instituições, por meio da CPA, produzirem conhecimento/pesquisa sobre os seus processos avaliativos.

Dando conta do propósito da nova CPA de fortalecer a interação com os colegiados, no final do segundo semestre de 2009, a Comissão e a coordenação do curso de Nutrição promoveram encontros com os estudantes do curso de Nutrição, por turma, com o objetivo de escutá-los sobre aspectos do curso, do departamento, da universidade, enfim do entorno que os envolve durante o tempo que permanecem na Unijuí.

O foco das discussões se deu nas questões pedagógicas, o que se avalia como positivo, uma vez que desde que a CPA assumiu, em 2004, o foco das críticas e sugestões diziam respeito às questões operacionais e de infraestrutura. Isso, de certa forma, demonstra o reconhecimento da qualificação institucional, bem como o espírito crítico dos estudantes e o envolvimento com o fazer universitário.

Os resultados desse processo avaliativo foram apresentados em reunião do colegiado de coordenação do curso de Nutrição em março 2010. Após a apresentação dos principais temas apontados pelos estudantes a reflexão teve como foco o debate sobre os desafios do professor no século XXI frente à velocidade das informações, às novas tecnologias, à fragmentação e às expectativas dos estudantes. Este é um tema que permeia a academia, bem como o debate institucional, uma vez que esta questão foi discutida recentemente no Ciclo de Formação Continuada dos Docentes da Unijuí, promovido pela Vice-Reitoria de Graduação – VRG.

Como encaminhamentos o colegiado decidiu organizar eventos internos para discutir as questões apontadas pelos estudantes, dentre elas a “avaliação” bem como buscar estratégias de comunicação aos estudantes dos encaminhamentos feitos pelo colegiado a partir do que foi sugerido por eles no referido processo avaliativo. Segundo a coordenadora do curso de Nutrição, muitas das sugestões dos estudantes

serão incorporadas na revisão do Projeto Político Pedagógico do Curso de Nutrição e contribuirão com as discussões e ações do curso com vistas a sua qualificação.

A CPA cumprindo seu propósito de instrumentalizar a gestão da Universidade com os dados da avaliação institucional entregou documento ao Reitor e Vice-Reitores intitulado “O Olhar dos Estudantes do Curso de Nutrição e dos Formandos do Curso de Fisioterapia”. Na ocasião foi realizada discussão com cada um dos gestores da Reitoria, objetivando expressar a opinião e as demandas dos alunos para a Reitoria. No encontro os gestores agradeceram os dados recebidos e se manifestaram no sentido de analisar as demandas e estudar a possibilidade de atendimento das mesmas.

As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho

As políticas de desenvolvimento e gestão de pessoas da Unijuí estão fortemente imbricadas com a visão e a missão institucionais, no sentido da busca da excelência acadêmica e do desenvolvimento regional.

Neste sentido, a Universidade mantém mecanismos de avaliação tanto de docentes, quanto de técnico-administrativos e de apoio. Em relação aos docentes a avaliação é desenvolvida pelos próprios estudantes e seus resultados são disponibilizados e analisados pelo sujeito avaliado, pela VRG, pelo departamento, coordenações de curso e os estudantes.

Diante da política institucional de qualificação dos processos, bem como em decorrência do resultado de estudos e debates com os setores da universidade, a partir de 2009 iniciou-se o processo de avaliação do desempenho dos técnico-administrativos pelos cargos de chefia, os quais foram avaliados nos meses de outubro e novembro e os demais funcionários de cada unidade serão avaliados até abril de 2010.

O Processo de Avaliação de Desempenho norteará a trajetória funcional do técnico-administrativo e de apoio e será uma das referências fundamentais da gestão de pessoal. O técnico-administrativo e de apoio será avaliado diante de suas competências e responsabilidades em relação ao resultado produzido e a contribuição para sua unidade e para a Instituição.

Cabe ressaltar que o processo de avaliação orienta-se pela preparação, envolvimento e comprometimento dos avaliadores e avaliados e deve primar pela

clareza, transparência, imparcialidade e profissionalismo. A avaliação de desempenho é formalizada por meio do Mapa de Desenvolvimento de Competências, comparando a descrição das responsabilidades e competências técnicas e comportamentais com o nível de prontidão demonstrado pelo técnico-administrativo e de apoio (Relatório de atividades VRA 2009).

Para finalizar esta terceira parte do relatório é importante registrar que a CPA empossada pela Presidência do Consu, por meio da Portaria nº 01/2010, de 24 de janeiro de 2010, além de dar continuidade ao que estava sendo realizado pelo grupo anterior pretende fortalecer as relações entre a Reitoria, os departamentos, os coordenadores de curso, os gerentes de coordenadorias, os estudantes e a comunidade externa com o objetivo de buscar subsídios de integração entre os diferentes segmentos e processos avaliativos que acontecem na universidade. Esse exercício poderá contribuir na indicação de políticas institucionais no âmbito da avaliação da universidade em temas que apresentem demandas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior, o Sinaes está ancorado em uma concepção de avaliação comprometida com a melhoria da qualidade e da relevância das atividades de cada uma e do conjunto das instituições educacionais. Por sua característica global, por sua abrangência nacional e seu objetivo de aperfeiçoamento das atividades acadêmicas, o Sinaes recupera as finalidades essenciais da avaliação como, por exemplo, ultrapassa a simples preocupação com desempenhos ou rendimentos estudantis, buscando os significados mais amplos da formação profissional (MEC/Conaes, 2004).

Levando em conta a prática de avaliação historicamente realizada pela Fidene/Unijuí, inserida na dinâmica da avaliação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Comunitárias Gaúchas – Paiung, a CPA deu continuidade a proposta de avaliação global, na perspectiva de considerar a autonomia das unidades universitárias para o desenvolvimento de metodologias próprias de avaliação (departamentos, coordenadorias, estudantes, técnico-administrativos e comunidade).

Na Unijuí, o PDI e a avaliação institucional (autoavaliação e avaliação externa) estão articulados, pois a avaliação integra o fazer institucional, exemplo disso pode ser constatado na atualização do PDI em 2008 em que as questões apontadas pela comissão foram consideradas e incorporadas.

No conjunto de ações desenvolvidas pela CPA no período de dezembro 2008 a agosto 2009, destaca-se o empenho junto às unidades institucionais no sentido de discutir temas apontados no Relatório de Auto-Avaliação 2006 a 2008 e o significado da avaliação institucional no contexto do Sinaes, bem como o estabelecimento de debate junto aos estudantes na perspectiva de maior visibilidade dos resultados da avaliação.

Dos debates realizados institucionalmente com os diferentes segmentos da Unijuí, percebeu-se a necessidade de discussão a respeito da importância da

participação dos estudantes nos órgãos colegiados institucionais, inclusive na CPA, sendo que este foi um desafio assumido por coordenadores de curso e pelos próprios estudantes.

Cabe registrar o envolvimento da Comissão no Programa de Avaliação das Universidades Comunitárias Gaúchas, no sentido de compartilhar experiências de autoavaliação com as demais instituições, bem como produzir conhecimento, quer seja por meio da promoção de eventos, quanto da publicação de artigos e livros. Em 2007, quando aconteceu o I Seminário Gaúcho de Avaliação da Educação Superior, em parceria com o Comung/Paiung, produziu-se um CD, em que estão publicados os artigos das comunitárias sobre os seus processos avaliativos. Neste ano em que se comemorou os 15 anos do Paiung publicou-se um livro com o olhar das doze IES comunitárias sobre os temas: Enade, Responsabilidade e Compromisso Social e Avaliação e Formação Docente. Da Unijuí teve-se a participação no texto da Responsabilidade Social e de texto inicial sobre a trajetória do Paiung. Avalia-se de forma positiva essa participação, uma vez que se esteve a frente da organização do primeiro seminário, e, neste último, participou-se da equipe executiva e, também, no Comitê científico de avaliação dos trabalhos para apresentação no evento dos 15 anos do Paiung.

Com relação aos resultados da pesquisa de imagem da CPA cabe ressaltar que estes indicaram que a Comissão é conhecida em torno de 52% pelos colaboradores da Unijuí (professores e técnico-administrativos) e pelos alunos é conhecida apenas por 5% dos mesmos. Esse percentual no que concerne aos estudantes foi objeto de discussões na Comissão. As análises em relação a esse dado percentual foram de naturezas diferentes, sendo que uma delas indicou que a interlocução da Comissão com os estudantes se dá através das coordenações de curso e, por esse motivo, o foco da CPA são os coordenadores que, segundo o artigo 32, inciso VI do Regimento Geral da Unijuí prevê como atribuição deste “promover o atendimento e orientações aos alunos do programa”. No entanto, entende-se, a partir dessa pesquisa, que é necessário pensar formas de interlocução direta da CPA com os estudantes. Este é um dos desafios que está posto.

No que concerne aos resultados do primeiro ciclo avaliativo da Unijuí no contexto do Sinaes pode-se destacar que as coordenações de curso, incentivadas pela CPA, estão dando atenção singular aos resultados do Enade no contexto do próprio exame. Cada coordenação de curso se reporta ao Enade com estratégias que julgam mais eficazes. Em geral as questões das provas são discutidas entre os professores, aplicadas nas turmas aquelas questões que dizem respeito ao conteúdo

específico, são também discutidas à luz das Diretrizes apresentadas pelo Enade na Portaria do Exame, por exemplo.

O relatório final da avaliação interna, segundo o Sinaes (2004, p. 26), deve expressar, com clareza, o resultado das discussões, da análise dos dados e interpretação das informações, em especial do processo de autoavaliação. É relevante que esse relatório seja capaz de incorporar, quando disponíveis, os resultados do Enade e da avaliação de cursos. Os destinatários deste documento são a comunidade acadêmica, os avaliadores externos e a sociedade, sendo desejável que ele apresente as sugestões de ações a serem desenvolvidas pela IES para minimizar seus pontos fracos e potencializar os fortes. A CPA ao finalizar este ciclo avaliativo reafirma que balizou as suas ações a partir da legislação do Sinaes e da Universidade. Neste sentido entende que no item específico do relatório deu conta do que é solicitado na lei, sem desconsiderar a história institucional de avaliar e reavaliar os seus processos.

Cabe ressaltar que desde o início dos trabalhos da CPA, as suas contribuições têm sido significativas e serviram de parâmetro para a constante atualização da Universidade à nova realidade do ensino superior brasileiro. Neste sentido, destacam-se suas contribuições na área do ensino de graduação (atualização pedagógica, sugestões de novas áreas, etc.) e da gestão de pessoas (necessidade de qualificação permanente, atualização dos planos de carreira, etc.).

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Educação Popular com dignidade. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 7, n. 41, p. 5-17, set.-out. 2001.

CALLAI, Helena; DALLA ROSA, Magna. **Relatório Parcial de Auto-Avaliação Institucional na Unijuí**. Ijuí: Unijuí, dezembro/2005.

_____. **Relatório Final de Auto-Avaliação Institucional da Unijuí**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. 296 p.

_____. **Relatório de Auto-Avaliação Institucional da Unijuí – período 2006 a 2008**. Coleção Caderno de Gestão Universitária n° 42. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. 69 p.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNIJUÍ - CPA. **Projeto de Auto-Avaliação Institucional – III Fase**. Ijuí: Unijuí, dezembro/2004.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO NOROESTE COLONIAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano estratégico de desenvolvimento regional**. Ijuí: Imprensa Universitária, Fidene/Unijuí, 1994. 84 p.

FIDENE/UNIJUÍ. **Avaliação Externa e as políticas da Unijuí – textos de referência**. Coleção Caderno de Gestão Universitária n° 43. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. 43 p.

_____. **Relatório e Balanço – exercício 2008**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

_____. **Relatório Social 2008**. Ijuí: Fidene, 2008.

_____. **Portal da Unijuí**. www.unijui.edu.br.

_____. **Relatório da Vice-Reitoria de Graduação - VRG 2009**. Unijuí, Ijuí, 2010.

_____. **Relatório da Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – VRPGPE**. Ijuí, Unijuí, 2010.

_____. **Relatório da Vice-Reitoria de Administração – VRA**. Ijuí, Unijuí, 2010.

_____. **Avaliação Externa e as Políticas da Unijuí – Textos de Referência**. Ijuí, Ed. Unijuí, 2010. Coleção Cadernos de Gestão Universitária n° 43.

LEI nº 10.861. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e dá outras providências** (DOU de 15/04/2004 – Seção 01 – p. 3).

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MEC. **Parecer da Comissão de Avaliadores designados pelo MEC para fins de avaliação externa**. Brasília, 02/06/2008.

MEC/CONAES. **Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior – Diretrizes e Instrumento**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 182 p.

_____. **Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Ensino Superior**. Brasília, agosto/2004.

MEC/CONAES/INEP. **Roteiro de Auto-Avaliação Institucional – Orientações Gerais**. Brasília, 2004.

NUNES, Ana Karin (Organizadora). **Universidade Comunitária e Avaliação – os quinze anos do Paiung**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009. 191 p.

PORTARIA nº 2.051. **Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

PORTARIA nº 821. Define procedimentos para avaliação de Instituições de Educação Superior e Cursos de Graduação no âmbito do 1º Ciclo Avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e dá outras providências.

RISTOF, Dilvo I. O Sinaes e os seus desafios. In: **Avaliação. Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES**. v. 9, n. 1, jan. 2004.

_____. **Diretrizes institucionais de ensino na Unijuí – Formação Integral: formação geral humanística e formação acadêmico-profissional na Unijuí**. Ijuí: Unijuí, 2000a. (Série Atos Normativos).

UNIJUÍ. **Documentos recebidos da Reitoria, departamentos, cursos, setores, alunos e externos sobre os processos avaliativos realizados nos diferentes segmentos institucionais**. Unijuí, dezembro 2008 a agosto 2009 (arquivos eletrônicos da CPA e impressos disponíveis em arquivos na sala da CPA).

_____. **Normas institucionais que regem o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão da Unijuí** (acesso via SIE).

_____. **Memória do Departamento/Curso/Setor**. Disponibilizadas pelas diferentes unidades institucionais de forma *on line* à CPA. Unijuí, (dezembro 2008 a agosto de 2009 - acesso via SIE e arquivos CPA).

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Unijuí 2006/2015**. Unijuí: Parecer 34/2008, agosto 2008.

_____. **Projeto de Avaliação Institucional da Unijuí** – 2ª Fase – Junho de 2000.
Ijuí: Unijuí, 2000d. (Cadernos da Avaliação Institucional, 18).

III PARTE

ANEXOS

ANEXO I - NOTA TÉCNICA DO MEC

PORTARIA Nº 821, DE 24 DE AGOSTO DE 2009.

ANEXO II – PARECER DOS AVALIADORES EXTERNOS NO QUE CONCERNE AO
ITEM DA AVALIAÇÃO

ANEXO III - ESTATÍSTICA DA PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE O PROCESSO DE
AVALIAÇÃO EXTERNA

ANEXO IV – ENCONTRO DE AVALIAÇÃO COM FORMANDOS DO CURSO DE
FISIOTERAPIA

ANEXO V - CRONOGRAMA DE REUNIÕES DA CPA JUNTO AOS
DEPARTAMENTOS/COORDENADORIAS

ANEXO VI – MEMÓRIA DO SEMINÁRIO DOS 15 ANOS DO PAIUNG –
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA: ESSÊNCIA E AVALIAÇÃO

ANEXO VII - O OLHAR DOS ESTUDANTES DO CURSO DE NUTRIÇÃO E
DOS FORMANDOS DO CURSO DE FISIOTERAPIA - Documento à Reitoria -

ANEXO VIII - PORTARIA DA PRESIDÊNCIA DO CONSU Nº 01/2010 -
NOMEIA A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA DA UNIJUÍ PARA O 2º
CICLO AVALIATIVO DO SINAES

ANEXO I - NOTA TÉCNICA DO MEC

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO
TEIXEIRA
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
COORDENAÇÃO GERAL DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO E
INSTITUCIONAL**

NOTA TÉCNICA

PRAZO PARA POSTAGEM ANUAL DE RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1. O SINAES, instituído por meio da Lei n.º 10.861/2004, recomenda a, continuidade do processo de auto-avaliação institucional nas Instituições de Ensino Superior pertencentes ao Sistema Federal de Educação Superior.
2. Em cumprimento a esse dispositivo legal, a CONAES determinou, em reunião ocorrida em janeiro do corrente ano , que a data de postagem no E-MEC dos relatórios de auto-avaliação institucional de cada ano será 30 de março do ano subsequente.
3. Essa determinação já vale, inclusive, para a postagem dos relatórios de autoavaliação institucional referentes ao ano de 2008.
4. Os relatórios de auto-avaliação deverão ser postados exclusivamente no sistema e -MEC, conforme as orientações do Ofício n.º 00913/2008.

Brasília, 17 de fevereiro de 2009.

Maria Elba Dantas de Moura Pereira
Coordenadora - Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e de Instituições de Educação Superior
MEC/INEP/DAES

PORTARIA Nº 821, DE 24 DE AGOSTO DE 2009.

Define procedimentos para avaliação de Instituições de Educação Superior e Cursos de Graduação no âmbito do 1º Ciclo Avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 4º do Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006 e, considerando a deliberação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, conforme registrado em Ata de sua 56ª Reunião Ordinária, resolve:

Art. 1º As Comissões de Avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior serão constituídas de 03 (três) avaliadores para a realização das avaliações externas de Instituições de Educação Superior (IES) no âmbito do 1º Ciclo Avaliativo do SINAES.

Art. 2º As avaliações institucionais externas no âmbito do Ciclo Avaliativo do SINAES serão realizadas na sede das IES.

§ 1º Os campi fora de sede das IES poderão ser avaliados em etapa subsequente, caso haja indicação por parte da Comissão Externa de Avaliação Institucional acerca da necessidade de visita in loco a um ou mais campi da instituição avaliada.

§ 2º No Ciclo Avaliativo 2007/2009, as avaliações a que se referem o caput se aterão às atividades relativas aos cursos presenciais nelas desenvolvidos.

Art. 3º O Índice Geral de Curso - IGC, criado pela Portaria Nº 12, de 05 de setembro de 2008, servirá de referência para o processo avaliativo, quando da visita in loco para avaliação institucional externa.

Art. 4º O Conceito Preliminar de Cursos - CPC, instituído pela Portaria Normativa nº 4, de 5 de agosto de 2008, passa a ter a seguinte composição: INSUMOS (40%), sendo: 20% a titulação de doutores; 5% a titulação de mestres; 5% - regime de trabalho docente parcial ou integral; 5% a infra-estrutura; 5% questão pedagógica; e ENADE (60%), sendo: 15% o desempenho dos concluintes; 15% o desempenho dos ingressantes e 30% o IDD.

Art. 5º Para o cálculo do conceito do ENADE será considerado apenas o desempenho dos concluintes.

Art. 6º As IES devem postar os relatórios de auto-avaliação institucional no sistema e-MEC até o dia 31 de março de cada ano.

Art. 7º O Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação, instituído pela Portaria nº 1.027, de 15 de maio de 2006, deverá ser integrado ao sistema eletrônico e-MEC, criado pela Portaria Normativa Nº40, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. A integração do BASis ao e-MEC dar-se-á gradativamente a partir da inserção no módulo avaliação do e-MEC, do cadastro dos avaliadores recapacitados a partir do ano de 2008.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FERNANDO HADDAD
(DOU Nº 162, 25/8/2009, SEÇÃO 1, PG. 09/10)

ANEXO II – PARECER DOS AVALIADORES EXTERNO NO QUE CONCERNE AO ITEM DA AVALIAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

8106 - Instrumento de Avaliação Institucional Externa

Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior

Avaliação Institucional

20072577

Síntese da Avaliação

Dimensão 8 - Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.

A Comissão de Própria Avaliação - CPA está implantada e sua composição e ações estão de acordo com o preconizado pelo SINAES. As informações produzidas pela CPA ficam à disposição da comunidade interna e externa no portal www.unijui.edu.br/CPA. Os gestores da IES utilizam de modo contínuo as informações da CPA para o aprimoramento do processo de planejamento e da política de gestão.

Algumas ações resultantes das avaliações foram: cartão de identificação para o uso das instalações e retirada de livros da biblioteca, Porta do Professor em que os registros acadêmicos são inseridos e consultados online, atenção aos alunos portadores de necessidades especiais, eventos para estudantes de nível médio, constituição de núcleos comuns aos diferentes cursos de graduação, entre outras. A Comissão adota uma prática de urnas de sugestões espalhadas por todos os campi, que funcionam com bastante agilidade no depósito, no recolhimento e na acolhida das sugestões. No presente a CPA além das atividades de avaliação, está organizando a memória dos cursos e participa de um fórum de discussão e troca de experiências sobre avaliação institucional no Programa de Avaliação Institucional das Universidades do Consórcio das Universidades Comunitárias Gauchas(www.paiunq.org.br).

CB CMB

CI CR CB CMB

1 2 3 4 5

1 2 3 4 5

ANEXO III - ESTATÍSTICA DA PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

Segmento	Enviado	Recebidos	Percentual
Reitoria	4	1	25%
Docentes	34	8	24%
Chefes de Departamento	12	5	42%
Gerentes de Coord., Chefes de Núcleos e três Secretários Executivos	28	15	54%
Pesquisadores	4	1	25%
Alunos de Pós-Graduação Stricto-Sensu	13	3	23%
Alunos de Graduação	70	4	5,8%
Alunos Bolsistas de Iniciação Científica	4	1	25%
CPA	16	7	43,75
TOTAL	181	45	25%

ANEXO IV – ENCONTRO DE AVALIAÇÃO COM OS FORMANDOS DO CURSO DE FISIOTERAPIA

SINAES – SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

CPA – Comissão Própria de Avaliação da Unijuí

Data: 07/07/2009

Horário: 9horas

Local: DS5

Presentes pela CPA: Magna Dalla Rosa, Mauricio Campos, Eleda Sausen

MEMÓRIA ENCONTRO DA CPA COM OS FORMANDOS DO CURSO DE FISIOTERAPIA

Representantes da CPA reuniram-se com os formandos do curso de Fisioterapia. A reunião contou com a participação de dois grupos de formandos, um que se forma no início de agosto e outro, no início de 2009. O primeiro grupo concluiu o curso no currículo antigo e o segundo grupo está no currículo novo.

Das questões discutidas destacam-se:

a) CURRÍCULO E QUESTÕES PEDAGÓGICAS:

Em relação ao currículo antigo, teve reclamações quanto a repetição de conteúdos nos componentes curriculares - CCs de Saúde Coletiva. Os estudantes do novo currículo relataram que este problema foi resolvido.

Quanto aos componentes curriculares que não são específicos do curso, como por exemplo, Metodologia da Pesquisa, Filosofia, Estatística, etc houve muitas manifestações no sentido de que são componentes curriculares extremamente teóricas. Na opinião de ambos os grupos os conteúdos destes componentes deveriam abordar temas relacionados com a área específica do saber que no caso é a Fisioterapia. Conforme seus argumentos: “isso tornaria esses componentes mais interessantes”.

Outro aspecto salientado se refere aos CCs de formação humanística que integram todos os cursos. Segundo eles a junção de cursos/turmas, torna

o conteúdo do componente muito teórico, não possibilitando a articulação dos conteúdos com a área específica.

Os formandos do currículo antigo sugerem que o CC de Metodologia da Pesquisa deve ser ministrado em um semestre mais próximo do TCC, bem como que possibilite ao estudante apreender as questões específicas de sua área.

No componente curricular de Estatística, ambos os grupos se manifestaram dizendo que os conteúdos abordados não contribuem para a formação do fisioterapeuta. Por exemplo, os formandos do currículo novo falaram que receberam o cálculo de uma “Amostra” pronta. Na visão deles é importante o conhecimento do processo de cálculo de uma “Amostra”, uma vez que esse conteúdo fez falta no momento da elaboração do TCC.

Os formandos do currículo novo manifestaram-se quanto a oferta do CC Cinesioterapia, de 8 créditos, oferecidos em um mesmo semestre. Na visão deles 8 créditos ministrados em apenas um semestre é pouco tempo para tanto conteúdo, considerando a complexidade e a importância dos conteúdos desse componente curricular. Nesta questão relataram que esse CC geralmente é ministrado por dois docentes e que, neste semestre, foi ministrado apenas por um professor, que ministrou apenas o conteúdo que era de sua competência, ficando uma lacuna de conteúdo. Sugeriu-se que seja ampliado o número de créditos do CC Cinesioterapia, bem como seja ofertado em semestres diferentes.

Sugeriram que CCs não sejam desenvolvidos de forma concentrada pois entendem que o tempo é reduzido dificultando a aprendizagem (currículo antigo).

- Estágios:

Em relação aos estágios realizados no HCI, apontam como fragilidade a falta de um espaço físico para os estagiários se reunirem. Essa situação causa desconforto nos estagiários, pois sentem a sensação de estarem atrapalhando. Por outro lado, percebem o trabalho do estagiário importante para o Hospital. Exemplificaram que nos estágios realizados no Cacon são disponibilizados sala. Sugestão: viabilizar sala para estagiários no HCI. Neste item o professor Mauricio se manifestou no sentido de que a CPA poderá auxiliar nessa questão, levando a demanda a Reitoria, juntamente com a coordenação de curso.

Ainda sobre estágios salientou-se outra questão polêmica que diz respeito ao transporte para o deslocamento dos estudantes aos locais de estágios. Os formandos enfatizaram que o estágio é um CC do currículo e na visão deles a Universidade deve arcar com os custos de transporte porque para eles este valor já está incluído na mensalidade. No debate enfatizaram que o curso exige que estejam disponíveis integralmente e que muitas vezes encontram dificuldades para cumprir os compromissos em um mesmo dia, uma vez que dependem de transporte coletivo ou ônibus. Relataram uma situação deste semestre, de estar programado estágio na Sabeve e por falta de transporte foi suspenso.

O grupo do currículo novo apontou como aspecto positivo os estágios complementares. Nas palavras dos estudantes “é importante o estágio complementar para constatarmos como é boa a nossa formação”; “avalio como importante a possibilidade de convívio profissional fora da universidade”; “foi bom para ver a excelente infra-estrutura oferecida pela Unijuí Comunidade”; “comparando com colegas de outras Instituições, o curso da Unijuí é superior, pois fizemos estágios em clínicas inferiores à nossa clínica”.

- TCC

Houve reclamações dos formandos do currículo novo quanto à impossibilidade de escolha do orientador para o desenvolvimento do TCC. Disseram que tinham a expectativa de escolher o orientador, conforme a sua área de conhecimento, a exemplo do que aconteceu com a turma do currículo antigo. Relatou-se uma situação de que um dos orientadores designados não conhecia o tema da pesquisa, o que dificultou o trabalho dos estudantes.

Neste assunto houve a manifestação de que o currículo novo está em fase de transição e que a turma que está passando por essa fase está enfrentando algumas dificuldades, que as próximas turmas não terão, pois os problemas vão sendo sanadas na medida em que aparecem. Justificaram-se os problemas em relação ao TCC pelo número de alunos na turma em torno de 50, uma vez que isso não havia acontecido em outras turmas.

b) DOCENTES

No que se refere às questões de ordem pedagógica (conteúdo, didática) avaliaram os docentes de forma positiva.

Houve várias reclamações em questões de ordem operacional (troca de horários pelos docentes sem contato prévio com alunos, falta a aulas...).

Houve reclamações de parte da turma do currículo novo em relação ao coordenador dos estágios. Na opinião dos formandos o coordenador assumiu muitas responsabilidades e não conseguiu dar conta, prejudicando a turma. Sobre esse assunto seguem alguns relatos “O coordenador de estágio não deu bola para nós. Se ele tivesse se interessado não estaríamos passando por esse sufoco”; “os professores não estão assumindo os compromissos assumidos como professores, por exemplo, nos estágios I e II, nem sempre o professor responsável pelos conteúdos elabora as questões para a prova”.

É importante ressaltar o reconhecimento pelos formandos dos dois grupos do trabalho desenvolvido pela coordenação do curso. Segundo eles a coordenação procura resolver os problemas relativos ao curso, tanto nos aspectos pedagógicos, quanto administrativos. Além disso, acompanha o curso de diferentes formas, ou seja, é uma coordenação presente.

c) COMUNICAÇÃO

Apontaram-se problemas com a comunicação do Departamento entre professores e professor/aluno, principalmente com alteração de horários de aulas. Exemplificamos essa questão com a fala do grupo do currículo antigo “os professores não se organizam e os alunos são obrigados a se encaixar em horários que convém ao professor”. Esse desabafo se deu no sentido de que professores trocam os horários sem discutir com os estudantes, desrespeitando assim, o planejamento pessoal de cada estudante. Além disso, quando avisados sobre as trocas, é no dia anterior, não viabilizando que eles possam se reorganizar em suas atividades. Entendem que esse não é um procedimento adequado, pois como o aluno precisa cumprir o planejamento institucional, deve-se exigir o mesmo do professor.

A seguir relato dos estudantes, “o coordenador de estágio deste ano deixou muito a desejar, pois teve situações que o professor que daria aula em determinado dia não foi avisado que teria aula com a turma, ficando sem aula e

os alunos tiveram que ir embora”; “os professores alteram horários para viagens, assistir futebol, etc.”...

d) INFRA-ESTRUTURA

No geral os formandos dos dois grupos avaliam de forma positiva a infra-estrutura da Universidade, em especial o espaço Unijuí Comunidade, disseram que melhorou muito.

O que foi destacado nesse aspecto é a necessidade de maior número de exemplares de livros na biblioteca, bem como a renovação do acervo na área da Fisioterapia.

No que se refere à biblioteca houve esclarecimentos da forma de compra e procedimentos de solicitação pela Gerente da Biblioteca, Eleda Sausen, presente na ocasião por integrar a CPA.

Os estudantes fizeram a solicitação de que os formandos possam ter acesso a um número maior de exemplares de livros (10) ou que tenham um período maior para permanecer com os livros.

A Gerente da Biblioteca, Eleda Sausen, informou que tratará desse assunto junto a Vice-Reitoria de Graduação para analisar e encaminhar essa demanda.

Ijuí, 16 de julho de 2009

Helena Copetti Callai
Coordenadora CPA

Magna S. C. Dalla Rosa
Coord. Adj. CPA

**ANEXO V - CRONOGRAMA DE REUNIOES DA CPA JUNTO AOS
DEPARTAMENTOS/COORDENADORIAS**

Departamento/Setor	Data	Horário	Local	Público
DBQ	13/03	13h30min	DBQ	Col. do Depart.
Coord. de Marketing	16/03	8h15min	Coord. Marketing	Técnico-Administrativos
DCS	16/03	13h30min	DCS	Col. do Depart.
DCS/Estudantes	16/03	17h30min	Mini Auditório 4	Estudantes dos cursos de HIS, GEO, SOC e Serviço. Social
DEFEM	17/03	13h30min	DEFEM	Col. do Depart.
Biblioteca Mario Osório Marques	17/03		Biblioteca	Técnico-Administrativos
DeTEC	24/03	14horas	DeTEC	Professores e Técnicos
DeAd	24/03	13h30min	DeAd	Col. do Dept.
Coordenadoria Patrimonial	25/03	8h30min	Coord. Patrimonial	Técnico-Administrativos
DePE	30/03	13h30min	Sala D6 (confirmar)	Col. do Dept.
DCSa	31/03	13h30min		Col. do Dept.
Coordenadoria de Informática	31/03	16horas	Sala do Núcleo de Desenvolvimento de Sistemas da Coord. de Informática.	Técnico-Administrativos
Campus Santa Rosa	31/03	14horas	B 105 -	Pró-reitoria, professores e técnico-administrativos
DeAg	01/04	8h30min	DeAg	Mesa Diretora (Chefe, Coordenadores de Cursos e Secretaria Executiva)
DeAg	01/04	8h30min	DeAg	Técnico-Administrativos
Editora	01/04	13h30min	Editora	Técnico-Administrativos
DeAg	07/04	11horas	IRDER	Técnicos-Administrativos
DCSa	07/04	Tarde	-	Alunos dos cursos do DCSa do turno da tarde
DCSa	08/04	Noite	Salão Azul	Alunos dos cursos do DCSa do turno

				da noite
DCSa	09/04	Manhã	-	Alunos dos cursos do DCSa do turno da manhã
DFP	09/04	14horas		Coordenadores de Curso
DeLAC	-0			
DEJ	-			
DeCon	-			
INES- Incubadora de Economia Solidária	02/04	14h	4 ° Unijuí Comunidade	Chefia, Extensionista, Funcionários e Colaboradores
DBQ	14/04	16h	DBQ	Coordenadores dos cursos do DBQ
DEPE	14/04	19h30min	Sala E	Alunos do curso de Pedagogia
DCE e Das – Campus Ijuí – Entrega oficial do Relatório de Auto-Avaliação da CPA	15/04	18h30min	DCE	Presidente do DCE e dos Diretórios Acadêmicos dos cursos de graduação
EaD	16/04	13h30min	Unijuí Comunidade - Ead	Técnicos-administrativos/tutores que atuam no Ead
DCE – Campus Santa Rosa	22/04		DCE – Santa Rosa	

ANEXO VI – MEMÓRIA DO SEMINÁRIO DOS 15 ANOS DO PAIUNG



MEMÓRIA DO SEMINÁRIO DOS 15 ANOS DO PAIUNG

**Antonia Carvalho Bussmann
Magna Stella Cargnelutti Dalla Rosa
Pedro Carlos Rasia**

Ijuí, RS, setembro de 2009

MEMÓRIA

O Programa de Avaliação do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - Paiung/Comung realizou, no Campus Universitário da Universidade de Caxias do Sul, nos dias 30 e 31 de agosto e 1º de setembro de 2009 o [Seminário Universidade Comunitária: Essência e Avaliação](#).

O evento, de âmbito nacional, teve por objetivos:

- evidenciar modelos de universidade comunitária, suas perspectivas no cenário da educação superior e sua relevância para as regiões onde estão estabelecidas;
- debater o papel dos processos de avaliação frente à busca pela qualidade da educação superior brasileira; e
- marcar os quinze anos de experiência do PAIUNG, oportunizando a troca de experiência entre CPAs dos diversos segmentos de instituições de educação superior do país.

Participaram do evento pesquisadores, dirigentes, professores, estudantes e técnico- administrativos da educação superior.

A Unijuí esteve representada no evento pela vice-reitora de graduação, Antonia Carvalho Bussmann, pela coordenadora adjunta da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da Unijuí, Magna Dalla Rosa, que também integrou a comissão organizadora do Seminário, pelo representante dos docentes na CPA da Unijuí, professor Pedro Carlos Rasia, que apresentou trabalho na área de Responsabilidade Social. A vice-reitora Antonia Bussmann participou, também, de reuniões paralelas com Reitores e Pró-Reitores da Graduação.

Na cerimônia de abertura, no dia 30 de agosto, aconteceu a palestra "As Universidades Comunitárias no Contexto das Políticas de Regulação e Supervisão da Educação Superior no Brasil", ministrada por Paulo Wollinger, diretor de Regulação e

Supervisão da Educação Superior, do Ministério da Educação. Na segunda-feira, dia 31, pela manhã, desenvolveu-se o painel "A Essência das Instituições de Educação Superior e Comunitárias", tendo como painelistas o presidente da Associação Brasileira de Universidades Comunitárias - Abruc e reitor da Universidade São Francisco (SP), Gilberto Gonçalves Garcia, o presidente do Comung e reitor da Univates (Universidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior), professor Ney José Lazzari.

No período da tarde, realizou-se o painel: "O olhar retrospectivo da implementação do Sinaes e das novas perspectivas", com os painelistas Nadja Valverde Viana, presidente da Conaes; Iguatemy Maria de Lucena Martins, diretora de Avaliação da Educação Superior e como debatedora, Adalberto Vieyra, representante da Capes e Ana Karin Nunes, coordenadora do Paiung.

A programação contou, também, com o lançamento da publicação do Paiung denominada "Universidade Comunitária e avaliação: os quinze anos do Paiung". A publicação está organizada em duas partes. A primeira com artigos sobre o Sinaes e a trajetória do Paiung; e a segunda parte com os resultados dos grupos de pesquisa do Paiung sobre os temas: Enade, Responsabilidade e Compromisso Social e Avaliação e Formação Docente. A importância dessa publicação está no fato de que conseguiu reunir um olhar nestas três temáticas das doze IES comunitárias gaúchas, respeitadas as suas especificidades. E, para finalizar, realizou-se plenária de sistematização definindo encaminhamentos.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira com um relato das principais questões apontadas nas palestras e painéis; e a segunda contém *slides* com as palestras dos painelistas que entregaram o material.

PRIMEIRA PARTE

PALESTRA DE ABERTURA

As Universidades Comunitárias no contexto das políticas de regulação e supervisão da Educação Superior foi o tema da palestra do professor Paulo Wollinger, diretor de Regulação e Supervisão da Educação Superior da Secretaria da Educação Superior no Brasil.

O professor Paulo Wollinger fez uma breve contextualização da educação superior no Brasil, destacando as contradições no que diz respeito ao fato de que o Brasil está na escala de 10ª economia do mundo, mas existem muitos problemas de injustiças sociais e estruturais no país. Na visão do governo, só há uma instância brasileira capaz de minimizar essas desigualdades que é a “**educação**”.

Pelas estatísticas, hoje em torno de 6 milhões de brasileiros estão na educação superior. A meta do governo, em curto prazo, é de dobrar esse número, ou seja, alcançar 12 milhões de universitários. Hoje existem 2500 Instituições de Educação Superior e em torno de 26 mil cursos de graduação, números que precisam aumentar, tanto de instituições, quanto de cursos. Neste contexto estão tramitando no MEC em torno de 90 processos de credenciamento de IES no interior. Nos últimos nove meses foi autorizada a abertura de 700 cursos de graduação e estão em tramitação no Ministério processos relacionados à abertura de mais de 1.100 cursos. Essas autorizações referem-se a faculdades. O Ministério acredita que essa é uma forma de inclusão territorial.

Wollinger destacou a importância do Sinaes para auxiliar o Ministério da Educação a distinguir as “instituições boas” das “instituições não boas”, termos usados por ele, para romper com a lógica de que no Brasil tem instituições públicas e instituições privadas, uma vez que existem instituições privadas de diferentes naturezas.

Para ele, a sociedade precisa conhecer as instituições sérias e para isso as instituições precisam mostrar aos professores, técnico-administrativos e alunos o que as comunitárias têm de diferente, qual o seu papel e responsabilidade. É preciso que fique claro porque estudar em uma comunitária trará benefícios futuros aos egressos. Ou seja, é preciso que a sociedade conheça a realidade das IES comprometidas com a educação e aquelas que fazem da educação uma mercadoria, nas palavras de Wollinger, “instituições predatórias”. Em sua fala, ainda reiterou “... é preciso entender que vivemos um momento histórico, ou as IES sérias assumem o Sinaes ou sucumbiremos aos caça-níqueis, demolindo com a educação superior no Brasil”.

O representante do Ministério criticou as inúmeras denominações dadas hoje aos cursos de graduação como, por exemplo, o curso de Pedagogia, que oferece em torno de 880 titulações diferentes, ou seja, possui uma enormidade de habilitações, esquecendo-se muitas vezes do principal que é a formação para a educação básica. O MEC está trabalhando para sistematizar as denominações de cursos, em diversas áreas do conhecimento.

Abordou, também, a responsabilidade das IES na formação de professores que atuam na educação básica. Segundo ele, os problemas da educação básica estão na formação dos professores. Por isso, as instituições de educação superior, e em destaque as Universidades, precisam assumir o papel de formar profissionais para “ensinar”, críticos, comprometidos com a sociedade/região em que atuam. Segundo ele, é de responsabilidade do professor chamar a atenção do jovem para a importância da aprendizagem, da inovação e do compromisso social.

Em sua fala destacou, ainda, que muitos projetos pedagógicos de curso têm o formato de 30 anos. Precisa haver mudanças nos PPCs. As instituições sustentam, ainda, uma cultura “conteudista”. Nessa linha de pensamento, as Universidades têm produção científica sobre a educação, mas o resultado destes estudos não reverte na melhoria dos PPCs dos cursos, das ações pedagógicas dos docentes. Para ele a produção científica das Universidades é incipiente na divulgação dos resultados. Existem muitas pesquisas que podem contribuir com a sociedade brasileira, em diversas áreas do conhecimento.

No debate esclareceu que o MEC está desenvolvendo projetos para capacitação dos Conselhos Profissionais das diferentes áreas do conhecimento no sentido de ressaltar as responsabilidades/atribuições dos Conselhos Profissionais, no que concerne à regulação do exercício profissional.

Na sequência, apresentou os desafios para as IES:

- a) ampliar os horizontes das ofertas de cursos;
- b) inovar os projetos pedagógicos;
- c) flexibilizar a educação – o professor precisa assumir o papel de gestor da aprendizagem;
- d) a concorrência com IES “predatórias” deve servir de desafio às comunitárias para criar alternativas e novos projetos;
- e) mostrar aos alunos, e por meio deles, à sociedade civil a diferença de estudar em IES comprometidas com a sociedade e que mantém programas de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- f) ampliar a oferta de ensino médio e técnico pelas IES;

- g) ampliar a oferta de cursos de graduação na área tecnológica pela oferta de cursos que demandem profissionais formados na região de abrangência da IES;
- h) ampliar a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, pois estes têm sido alvo das IES “não boas”;
- i) transformar o estudante em estudante permanente, seja por meio de cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, cursos de formação continuada, programas especiais ou eventos. Que esse estudando possa perceber a importância de ser “estudante para toda a vida”;
- j) inovar na oferta de cursos, em novas tecnologias de aprendizagem, no relacionamento com professor-aluno, aluno-professor;
- k) fortalecer o papel científico e tecnológico das universidades para resolver os problemas do Brasil;
- l) consolidar o EaD no Brasil. Romper com o preconceito da educação a distância. É preciso compreender que EaD é uma alternativa para a faixa de pessoas em torno de 35 anos, não é para jovens.

E, por último, enfatizou a relevância e o compromisso das comunitárias no cenário da educação superior e para as regiões onde estão estabelecidas, sugerindo que a experiência do Paiung/Comung seja divulgada em diferentes fóruns do país.

PAINEL "A ESSÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E COMUNITÁRIAS"

Na segunda-feira, dia 31, pela manhã, desenvolveu-se o painel "A Essência das Instituições de Educação Superior e Comunitárias", tendo como painelistas o presidente da Associação Brasileira de Universidades Comunitárias - ABRUC e reitor da Universidade São Francisco (SP), Gilberto Gonçalves Garcia; João Pedro Schmidt, pró-reitor de planejamento da Unisc; e o presidente do COMUNG e reitor da Univates, professor Ney José Lazzari.

Neste painel apresentou-se uma abordagem conceitual sobre o termo de universidade comunitária, em que foi possível conhecer o cronograma histórico de sua constituição, bem como as diferentes perspectivas e conceitos do termo “comunitário”. No debate ficou evidente a necessidade de maior visibilidade ao modelo de universidade comunitária em nível nacional, com vistas ao seu reconhecimento legal pelo Ministério da Justiça, e a aproximação entre as instituições comunitárias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Dentre as principais preocupações do Paiung apontadas por Ney Lazzari destacam-se:

- necessidade de instituir marco regulatório;
- EaD - potencializar;
- Acesso a recursos do BNDES - projeto a ser estabelecido com o MEC pelas IES;
- Revitalização das licenciaturas;
- Reestruturação do financiamento estudantil;
- Cooperação entre as novas Instituições Federais instaladas no RS e as Comunitárias;
- Avaliação Institucional – apoio ao Sinaes;
- Frente Parlamentar em defesa das comunitárias – faltam 30 assinaturas de deputados para a sua criação;
- Fortalecimento das IES comunitárias;
- Fórum Estadual de Apoio à Formação Docente;
- Legislação específica para reconhecimento das IES comunitárias – marco legal.

As palestras dos professores Ney José Lazzari, presidente do COMUNG e reitor da Univates e João Pedro Schmidt, pró-reitor de planejamento da Unisc constam em anexo, bem como no *site* www.paiung.org.br.

PAINEL: O OLHAR RETROSPECTIVO DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - SINAES E DAS NOVAS PERSPECTIVAS

No período da tarde, desenvolveu-se o painel “O olhar retrospectivo da implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes e das novas perspectivas”, o qual contou com a presença de Nadja Valverde Viana, presidente da CONAES; Iguatemy Maria de Lucena Martins, diretora de Avaliação da Educação Superior; Adalberto Vieyra, representante da Capes e como debatedora, Ana Karin Nunes, coordenadora do Paiung.

Neste painel enfatizou-se a importância do Sinaes para a definição de políticas públicas de educação superior. A professora Nadja destacou que a avaliação de Curso, o Enade e a Avaliação Institucional (interna e externa) são importantes na medida em que, através de indicadores, permitem às instituições de educação superior avaliar e reavaliar seus processos com vistas à melhoria de seus processos e em consequência da educação superior.

A professora Nadja Valverde Viana, presidente da Conaes, ressaltou que as diretrizes de qualificar o ensino superior, por meio da avaliação, integram a Constituição Federal, a LDB e a Lei do Sinaes. Então neste aspecto esta é uma política de Estado, não de governo. Cabe ao governo a sua implementação/consolidação, em conjunto com as instituições “sérias”.

Em continuidade procedeu a uma retrospectiva da Lei do Sinaes, no que concerne às três dimensões avaliadas por este Sistema, que são:

- **Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG)** - está em andamento e tem apresentado resultados positivos para todo o sistema. Comunicou que estão sendo elaborados instrumentos de avaliação para os cursos EaD.

- **Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES)** - está ligada ao processo de Autoavaliação e envolve as CPAs de cada IES, que em seu projeto precisam considerar as 10 dimensões da avaliação. Destacou que o conceito 3 tem se revelado importante, na medida em que as IES que recebem este conceito apresentam os referenciais mínimos para oferta da educação superior. Segundo Nadja, a maioria das IES criou a CPA. Destacou, ainda, que o processo de avaliação externa precisa estar articulado com a auto-avaliação institucional para a efetivação do processo.

- **Avaliação do Desempenho Acadêmico (ENADE)** - enfatizou que é função das IES e das Coordenações de Curso fazer um trabalho de conscientização junto aos alunos para que possam compreender o que é o Enade, em termos de legislação, pedagógicos e de resultados para a qualificação do curso.

Observação: Pela legislação, as avaliações no âmbito do Sinaes acontecem a partir do ciclo do Enade.

As professoras Nadja e Iguatemy enfatizaram que é fundamental que o estudante possa compreender o significado de sua participação no Enade e dos resultados do seu curso para a sua vida acadêmica. O aluno precisa conhecer as suas responsabilidades para consigo mesmo, para com o curso e com a Universidade, uma vez que o resultado do Enade ficará registrado no seu diploma. Segundo elas, é papel dos gestores e coordenadores de curso dar visibilidade ao Enade, pois as notas boas neste Exame demonstram PPCs e docentes qualificados. Nas palavras de Iguatemy, “universidade sai da sua vida, mas você nunca sairá da vida dela”.

A professora Iguatemy Maria de Lucena Martins, diretora de Avaliação da Educação Superior apresentou as políticas da educação superior no que concerne aos parâmetros da avaliação instituídos em 2008 (CPC e IGC), pelo Enade, os quais possibilitam os referenciais mínimos de qualidade e a transparência e publicidade dos resultados para a sociedade. Na visão dela, o CPC foi criado com o objetivo de tirar o olhar de todas as IES e focar naquelas que apresentam problemas, ou seja, aquelas que recebem conceitos “1” e “2”. Com esta dinâmica reduziu-se em torno de 35% as avaliações *in loco*.

Em sua fala ressaltou que os resultados do Sinaes estão contribuindo na/em:

- Melhoria da qualidade da Educação Superior;
- Definição de políticas públicas;
- Orientações e parâmetros para a expansão;
- Respostas à sociedade; ao Estado pelo desenvolvimento de políticas públicas, regulação e expansão; às IES – Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI com o realinhamento da missão, métodos e trajetória, e aos Estudantes e futuros universitários.

Iguatemi chamou a atenção para a necessidade de um movimento nas Instituições de Ensino Superior para que os gestores/coordenadores de curso utilizem os resultados do Enade para refletir sobre os seus cursos, ou seja, a revisão de seus projetos, de suas dinâmicas pedagógicas, do uso de tecnologias. Acredita que esses resultados sistematizados pelo INEP são instrumentos importantes para as Universidades qualificarem os seus cursos. Os resultados do Enade e inclusive, as provas, constam no site do MEC www.portal.mec.gov.br. As universidades precisam analisar os resultados de forma pedagógica.

Comunicou, ainda, que há intenção de aproximação do MEC/Conaes/Inep com as CPAs, pois estão programados para o final deste ano eventos para discutir diretrizes de elaboração do “Relatório de Auto-Avaliação Institucional” postados no e-mec, considerando a diversidade de metodologias apresentadas pelas IES.

Concluindo a sua fala relatou que este é um momento de tensão na educação superior, uma vez que o MEC está focando a avaliação na titulação e cargahorária docente que, segundo Iguagemy, são dilemas da educação superior. Na visão dela é pelo Sinaes que se poderá consolidar a cultura de avaliação na graduação, pois a meta é chegar ao patamar de avaliação que se encontra hoje a Capes.

Adalberto Vieyra, representante da Capes, cumprimentou o Comung/Paiung pela comemoração dos 15 anos de avaliação. Na sequência, apresentou os desafios

para a Pós-Graduação Brasileira, bem como as oportunidades para as IES Comunitárias do Comung, no âmbito da educação superior.

1. Expandir e fortalecer o trabalho científico e de formação em todos os campos de saberes;
2. Preencher os vazios de pós-graduação no Território Nacional;
3. Associar e congregar nossos egressos nas novas universidades (públicas e privadas), nos novos *campi* das antigas universidades, nas Universidades Comunitárias...;
4. Integrar-se à educação de pós-graduação na América Latina, na África, nos países asiáticos do BRIC (Índia e China);
5. Reverberar a qualidade de nossa ciência na educação básica;
6. Enfrentar desafios intelectuais e conceituais para a formação de novas gerações de cientistas, com a sabedoria necessária para explorar as fronteiras de complexos problemas em todos os campos de saberes.

Nas palavras do professor Adalberto “As IES comunitárias Gaúchas têm posições geográficas acadêmicas propícias para desempenhar papel de grandes protagonistas no fortalecimento do hoje incipiente intercâmbio científico e pós-graduação no Mercosul. E os programas Multicêntricos, especialmente em áreas descobertas, são a possibilidade para esse fortalecimento. Neste aspecto, elogiou a iniciativa da Unijuí e UFSM, na oferta de um programa de pós-graduação conjunto, na área da Filosofia.

Na qualidade de debatedora do painel Ana Karin Nunes - Coordenadora do Paiung sistematizou as principais questões abordadas neste painel, dentre elas:

- Necessidade de aproximação da CONAES com as CPAs e Paiung;
- Preocupações no sentido de que os resultados do Enade estão na centralidade do SINAES;
- Hoje, há potencial para associar e integrar egressos nas IES comunitárias;
- Posição estratégica do Comung no Mercosul para criar programas Multicêntricos, com apoio da CAPES.

Em síntese, neste painel os representantes do Conaes, do INEP e da CAPES enfatizaram a importância da atuação das instituições comunitárias para a educação brasileira, solicitando apoio das mesmas na consolidação do Sinaes. Por outro lado, o professor Adalberto Vieyra, da Capes, desafiou as IES comunitárias a criarem programas multicêntricos em diferentes áreas do saber, em regiões distintas, envolvendo as várias instituições.

As palestras dos professores Iguatemy Maria de Lucena Martins, diretora de Avaliação da Educação Superior Iguatemy e Adalberto Vieyra, representante da Capes constam em anexo, bem como no *site* www.paiung.org.br.

LANÇAMENTO DA PUBLICAÇÃO DO PAIUNG “UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA E AVALIAÇÃO: OS QUINZE ANOS DO PAIUNG”

A programação contou, também, com o lançamento da publicação do Paiung denominada “Universidade Comunitária e avaliação: os quinze anos do Paiung”. Está organizada em duas partes. A primeira, com artigos sobre o Sinaes e a trajetória do Paiung e a segunda com os resultados dos grupos de pesquisa do Paiung sobre os temas: Enade, Responsabilidade e Compromisso Social e Avaliação e Formação Docente. A importância dessa publicação está no fato de que a mesma integra o olhar das doze IES comunitárias gaúchas nestes diferentes temas. Destaca-se que no dia 11 de novembro aconteceu o lançamento na 55ª Feira do Livro de Porto Alegre.

ENCONTRO DOS REITORES E DOS VICE-REITORES DE GRADUAÇÃO

Estes eventos tiveram a participação da professora Antonia Carvalho Bussmann – vice-reitora de Graduação

ENCONTRO DAS CPAs

O Encontro das CPAs contou com a participação de representantes das diversas instituições presentes no evento. Um conjunto de questões foi abordado sobre o tema avaliação. Dos principais aspectos pode-se perceber que existe uma diversidade de estruturas institucionais para dar conta do processo avaliativo nas IES comunitárias. Há instituições que para além da CPA, têm assessorias, Comissões, etc. para dar conta do trabalho. Muitas delas estão ligadas à Vice-Reitoria de Planejamento. A maioria das CPAs é responsável pela definição das diretrizes da avaliação, ficando para os setores técnicos, como Núcleos, assessorias e comissões, operacionalizar o processo de avaliação. Ou seja, identifica-se CPAs com caráter legislativo e CPAs com caráter executivo. Também se identificou divergências quanto ao número de integrantes da Comissão.

Diante desse cenário, o debate aconteceu em torno do papel da CPA? O que o MEC, em suas avaliações, espera da CPA? Uma avaliação técnica? Uma avaliação

participativa? Uma avaliação acadêmica? Pelos relatos das IES que já foram avaliadas não há um consenso entre os próprios avaliadores do MEC.

A partir desta discussão, ponderou-se que este momento de incertezas poderá oportunizar às CPAs um processo formativo e, para isso, sugeriu-se realizar um mapeamento da estrutura e papel das CPAs comunitárias, não para padronizar, mas para perceber a diversidade e proporcionar elementos para a discussão.

O desafio é buscar formas de articulação entre CPAs/Conaes/Inep para o fortalecimento das Comissões, uma vez que segundo palavras da professora Nadja Valverde, presidente do Conaes, a auto-avaliação é a base para avaliação do Sinaes. Então, a sugestão é levar ao MEC essa discussão.

Como encaminhamentos decidiu-se promover seminário temático entre CPAs do Paiung/Comung e Acafe/SC, em 2010, para discutir o papel das CPAs, sendo que o levantamento sugerido pode ser a base para a discussão. Esse encaminhamento permitirá uma maior articulação entre as IES comunitárias do Rio Grande do Sul/Comung e de Santa Catarina/Acafe. Além de estabelecer um contato com o MEC/Conaes/Sinaes para discutir o papel das CPAs nas IES.

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS – COMUNICAÇÕES E EXPOSIÇÃO DE PÔSTERES

O evento contou com 39 inscrições, entre comunicações e pôsteres. Foram organizadas quatro mesas de painel, citadas a seguir, com os respectivos coordenadores de mesa.

Avaliação e Planejamento

Coordenação: Marcos Eduardo Casa e Marcelo Marques Soares

Avaliação e Compromisso Social e Universidades Comunitárias e Avaliação

Coordenação: Alam Casartelli

Qualificação da Aula e do Professor Universitário

Coordenação: Magna Stella Cargnelutti Dalla Rosa

Avaliação Ensino, Pesquisa e Extensão

Coordenação: Ana Karin Nunes

PLENÁRIA DE SISTEMATIZAÇÃO

A plenária de sistematização contou com a coordenação da Comissão Executiva do Evento, Ana Karin Nunes (Unisc), Marcos Casa (UCS), Magna S. C. Dalla Rosa (Unijuí) e Marcelo Marques Soares (Feevale).

No debate foram destacados os principais aspectos apontados pelos palestrantes e painelistas, bem como nos demais debates no decorrer do evento.

O encontro evidenciou as perspectivas das comunitárias no cenário da educação superior e sua relevância para as regiões onde estão estabelecidas. Neste aspecto, Wollinger enfatizou a importância do Sinaes para que o Ministério da Educação possa diferenciar as “instituições boas” das “instituições não boas”, termos usados por ele para romper com a lógica de que no Brasil tem instituições públicas e instituições privadas, considerando que existem instituições privadas de diferentes naturezas.

Segundo Wollinger “A expansão do ensino superior no Brasil deve vir, obrigatoriamente, acompanhada de mais qualidade, e é função das instituições comunitárias assumirem esse compromisso”. Neste aspecto, abordou, também, a responsabilidade das IES na formação de professores que atuam na educação básica. Segundo ele, os problemas da educação básica estão na formação dos professores. Precisa haver uma reformulação na educação superior, ou seja, na revisão dos PPCs de curso, nas metodologias usadas pelos professores, bem como na concepção de educação que hoje exige novos olhares. O professor é a peça fundamental para mudar a cultura de educação do país, ou seja, de transformar a cultura conteudista para a cultura formativa.

Iguatemi chamou a atenção dos gestores/coordenadores de curso para que utilizem os resultados do Enade para qualificar os seus cursos. Os resultados do Enade, inclusive as provas constam no site do MEC. As universidades precisam analisar os resultados de forma pedagógica.

Em síntese, os representantes do MEC, do Conaes, do INEP e da CAPES enfatizaram a importância da atuação das instituições comunitárias para a educação brasileira, solicitando apoio das mesmas na consolidação do Sinaes. Por outro lado, o professor Adalberto Vieyra, da Capes, **desafiou as IES comunitárias a criarem programas multicêntricos em diferentes áreas do saber**, em regiões distintas, envolvendo as várias instituições. Segundo Adalberto, para o desenvolvimento desses projetos o Comung teria apoio da CAPES. Esse desafio e as demais proposições resultantes do evento serão encaminhadas à Presidência do Comung e da Acafe.

O evento evidenciou a necessidade de maior articulação entre CPAs e MEC/Conaes/Inep. Será feito encaminhamento a esses órgãos sobre essa questão.

Nas discussões destaca-se a sugestão do Comung e Acafe pensarem na criação de cursos, ofertas em conjunto, para evitar concorrência entre as próprias IES comunitárias. Trabalhar com uma idéia de oferta orgânica.

Como encaminhamentos, decidiu-se: promover evento entre CPAs do Paiung/Comung e Acafe/SC, em 2010, para a discussão de temas de avaliação; a continuidade de eventos que promovam debates sobre IES comunitárias e o tema avaliação; bem como o encaminhamento ao Comung de desafios e questões apontadas pelos painelistas do evento.

Houve a sugestão, por parte de Instituição da Acafe e reiterada pelo professor Adalberto da Capes, de em 2010 promover evento para continuar a discussão sobre modelo de universidade, aproveitando o momento histórico de 200 anos de Humboldt.

Em síntese, uma maior visibilidade ao modelo de universidade comunitária em nível nacional, com vistas ao seu reconhecimento legal pelo Ministério da Justiça, e a aproximação entre as instituições comunitárias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina foram resultados constatados durante os três dias do Seminário dos 15 Anos do Paiung.

Ijuí, RS, 10 de setembro de 2009.

ANEXO VII - O OLHAR DOS ESTUDANTES DO CURSO DE NUTRIÇÃO E DOS FORMANDOS DO CURSO DE FISIOTERAPIA - Documento à Reitoria -

No segundo semestre de 2009, por solicitação das coordenadoras de Colegiados de Coordenação dos cursos de Nutrição e Fisioterapia, a CPA reuniu-se com os formandos do curso de Fisioterapia (julho) e com as quatro turmas do curso de Nutrição, incluídos os formandos (novembro e dezembro). O objetivo do encontro foi ouvir os estudantes sobre o curso, o departamento, a universidade, enfim o entorno que os envolve durante o tempo que permanecem na Unijuí.

Coordenaram os trabalhos Magna Dalla Rosa, pela CPA, Teresinha Barriquelo Pinto pelo colegiado do Curso e Rosane Stucky, representando o DCSa e a Assessoria Pedagógica da VRG.

Realizada a avaliação com os estudantes, foi feita a sistematização das reuniões por turma tendo sido realizada reunião com as coordenadoras do curso para a socialização do material coletado. Tendo em vista que as questões sugeridas pelos estudantes envolvem a universidade decidiu-se, em conjunto com as coordenações de curso, enviar documento à Reitoria com as principais questões apontadas pelos estudantes em relação aos referidos cursos.

Neste documento, destacam-se potencialidades, fragilidades e sugestões apontadas pelos estudantes dos cursos de Nutrição e de Fisioterapia. É importante registrar que do curso de Fisioterapia participaram apenas os formandos.

Institucional

No que concerne à instituição pode-se perceber que há um reconhecimento de sua atuação quanto a responsabilidade educacional e social.

Ensino

Currículo e Questões pedagógicas

Nos dois cursos, Fisioterapia e Nutrição, a ênfase das discussões se deu nos aspectos pedagógicos, o que se avalia como positivo, uma vez que desde que a CPA assumiu, em 2004, o que aparecia de sugestões e críticas dizia respeito às questões operacionais. Isso, de certa forma, demonstra o amadurecimento dos estudantes e o envolvimento com o fazer universitário.

Dentre as questões comuns aos cursos destacam-se:

- a) Críticas, na maioria das turmas, em relação à oferta e desenvolvimento dos componentes curriculares de Formação Humanística. Muitas intervenções se deram no sentido de ser elevado o número de créditos ofertados nesses componentes, sendo que na visão deles os mesmos não agregam ao seu conhecimento. Solicitam a redução de créditos de FH e o aumento de créditos em componentes curriculares específicos, que julgam mais importantes para a sua formação. Críticas também foram feitas aos aspectos pedagógicos dos componentes curriculares “Metodologia da Pesquisa”, “Estatística” e “Economia”. Os estudantes relataram que os conteúdos ministrados nesses componentes não contribuem no momento que precisam desenvolver o TCC e que na visão deles estes têm o papel de ministrar conteúdos que os ajudem nas atividades atinentes ao curso. Sugerem repensar os conteúdos e metodologias desses componentes e de FH.
- b) Críticas ao uso excessivo de *data show* na grande maioria dos componentes curriculares. No entanto, entendem que o uso dessa ferramenta é importante

- desde que o professor demonstre domínio do conteúdo e desenvolva outras metodologias para o desenvolvimento das aulas.
- c) Enfatizam a necessidade dos professores aliarem a teoria e prática nos componentes específicos. A maioria dos estudantes quer aulas dinâmicas e motivadoras e acreditam que as atividades práticas são fundamentais para isso. Os professores elogiados foram aqueles que desenvolvem diferentes dinâmicas pedagógicas em sala de aula.
 - d) Vários estudantes levantaram a questão do horário das aulas. Houve relatos no sentido de que os professores devem exigir dos estudantes o cumprimento do horário e que, em consequência, o professor precisa cumprir o horário estipulado pela Universidade.
 - e) Importância da devolução das avaliações/provas.
 - f) Elogios de ambos os cursos para a área de saúde coletiva.
 - g) Pagamento de transporte para viagens e estágios. Sobre essa questão, tanto no curso de Nutrição, quanto no de Fisioterapia levantou-se essa polêmica pois no entendimento dos estudantes o estágio é um CC do currículo e na visão deles a Universidade deve arcar com os custos de transporte porque para eles este valor está incluído na mensalidade.

Estágio curricular

Os formandos do curso de Nutrição criticaram a burocracia para realizar estágio Extracurricular. Segundo eles, há demora na tramitação dos documentos (20 dias) na Universidade. Sugerem melhorar os processos burocráticos no que se refere a Estágio Extracurricular.

Sugeriu-se que o Departamento/Universidade amplie o espaço de estágio para a área de Nutrição junto à 17ª Coordenadoria Regional de Saúde. E, também, neste aspecto, que possibilite aos estudantes realizar o “Estágio Institucional I” em outra Universidade. Neste sentido, argumentaram a importância de conhecerem outras realidades e contextos.

Os formandos do curso de Fisioterapia manifestaram-se em relação aos estágios realizados no HCl, apontando como fragilidade a falta de um espaço físico para os estagiários se reunirem após o trabalho efetuado.

Os formandos do curso de Fisioterapia apontaram como aspecto positivo do curso os estágios complementares. Nas palavras dos estudantes “é importante o estágio complementar para constatarmos como é boa a nossa formação”; “avalio como importante a possibilidade de convívio profissional fora da universidade”; “foi bom para ver a excelente infraestrutura oferecida pela Unijuí Comunidade”; “comparando com colegas de outras Instituições, o curso da Unijuí é bom e a nossa experiência com estágios em clínicas demonstram isso”.

Docentes

Elogiaram os docentes que ministram aulas que articulam a teoria e a prática.

Os estudantes de duas turmas do curso de Nutrição se manifestaram no sentido de que têm potenciais e que os professores devem exigir mais deles. Dizem que precisam estudar mais, buscar conteúdos para além da sala de aula, mas para isso precisam ser desafiados, ou seja, nas palavras deles “cobrados”. Pode-se perceber nesta questão uma diversidade de opinião entre as turmas 41 e 61, em que a turma 41 faz a crítica aos professores que indicam ao estudante a busca do conhecimento para além da sala de aula.

Sistema de Avaliação

Avaliou de forma positiva o sistema de avaliação regulamentado pela Unijuí.

Eventos

Na opinião dos estudantes os eventos do curso de Nutrição devem ser realizados durante a noite.

Sugeriu-se que seja feita uma maior divulgação dos eventos do curso de Nutrição, bem como do próprio curso. Na visão deles o que está sendo feito em termos de divulgação é muito pouco.

Pesquisa e Extensão

Foi destacada a importância de bolsas de iniciação científica, uma vez que a participação dos estudantes em projetos de pesquisa é fundamental para a sua formação.

Os estudantes do curso de Nutrição sugerem ampliar a oferta de projetos de extensão, especialmente na área de “testes de alimentos”. Na visão dos estudantes esta é uma forma de divulgar o curso, bem como de inserir os estudantes na dinâmica acadêmica.

Setores de Apoio (secretaria acadêmica, tesouraria, secretarias da Reitoria, biblioteca, dentre outros)

A maioria das turmas destacou que o atendimento por parte dos setores de apoio melhorou bastante, dentre eles, secretaria do Departamento e do Curso, Biblioteca, Secretaria Acadêmica e Xerox.

Nesse aspecto, a única questão referida pelo curso de Nutrição foi a demora no encaminhamento do estágio, mas que dentro das possibilidades atende as demandas.

Em relação à biblioteca solicitaram melhorias no acervo da área da Nutrição e de Fisioterapia. Quanto aos livros específicos do curso de Nutrição sugerem aumentar a quantidade. No que concerne ao acervo institucional tem pouco e, na clínica, falta acervo.

Comunicação

De ambos os cursos elogiaram a coordenação de curso nos diferentes processos, bem como a atuação da secretária do curso de Nutrição.

Os estudantes do curso de Nutrição avaliaram de forma positiva o portal da Unijuí que lhes permite o acesso a uma diversidade de informações.

Infraestrutura

No geral os estudantes avaliam de forma positiva a infraestrutura da Universidade.

Os estudantes do curso de Nutrição fizeram referência a importância de renovar material básico do laboratório dietético, como facas, tábuas, colher de silicone, etc e compararam com o excesso de outros materiais como batedeiras elétricas.

Considerações

É importante ressaltar que há divergências nas falas (na turma e entre as turmas), o que é positivo, pois cada estudante traz implícita a sua concepção de vida, de mundo, de educação, de política, de sociedade, etc. e isso faz com que as leituras se diferenciem. São as divergências e argumentações que movem a universidade.

Ijuí, RS, 19 de janeiro de 2009.

Magna Stella Cargnelutti Dalla Rosa
Coordenadora CPA

ANEXO VIII

PORTARIA DA PRESIDÊNCIA DO CONSU N° 01/2010

**NOMEIA A COMISSÃO PRÓPRIA DE
AVALIAÇÃO - CPA DA UNIJUÍ PARA
O 2º CICLO AVALIATIVO DO SINAES.**

O Presidente do Conselho Universitário da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da UNIJUÍ e em consonância com o art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004,

NOMEIA os docentes, discentes, técnico-administrativos e representantes da sociedade civil, abaixo indicados, para compor a Comissão Própria de Avaliação - CPA - da UNIJUÍ para o 2º Ciclo Avaliativo do SINAES.

a) Representantes do Corpo Docente:

Ângela Patrícia Spilimbergo
Maurício de Campos

b) Representantes do Corpo Discente:

Luciléia Belter
Talita Mazzola

c) Representantes do Corpo Técnico-Administrativo e de Apoio:

Magna Stella Cargnelutti Dalla Rosa - Coordenadora
Dionei Fábio Buske
Stefani Daiana Kreutz

d) Representantes da Sociedade Civil:

Eleandro José Lizot
Noemi Huth

Passado no Gabinete do Presidente do CONSU aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dez.

Gilmar Antonio Bedin
Presidente do CONSU